

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

em 31 de março de 2026 e Relatório do
Auditor Independente





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

São Martinho S.A.

Pradópolis – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Martinho S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com



essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Subvenções governamentais

Veja a Nota 2.8 e 19.c (i) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na Nota 19.c às demonstrações financeiras, a Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços –, incluindo benefícios concedidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUIR –, bem como outros incentivos usufruídos por suas unidades industriais. Tais benefícios são tratados, para fins fiscais, conforme o disposto na Lei Complementar nº 160/2017 e no art. 30 da Lei nº 12.973/2014, os quais estabelecem condições para sua caracterização como subvenções para investimento e consequente exclusão da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. No exercício, a Companhia revisou o tratamento contábil e fiscal aplicável a determinados benefícios fiscais de ICMS relativos aos exercícios de 2020 a 2023, considerando o disposto na Lei Complementar nº 160/2017, no art. 30 da Lei nº 12.973/2014, bem como o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.182. Em decorrência dessa revisão, determinados benefícios passaram a ser tratados como subvenções para investimento para fins fiscais. Adicionalmente, a Companhia revisou o tratamento anteriormente atribuído aos incentivos relacionados à depreciação acelerada incentivada, o que resultou na reversão de passivo fiscal diferido anteriormente reconhecido em relação à depreciação acelerada incentivada.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com auxílio de nossos especialistas de <i>Legal</i> e <i>Tributários</i>: i. revisão das opiniões legais e subsequentes atualizações obtidas pela Companhia, no que tange a avaliação da incerteza do tratamento dos tributos sobre o lucro adotado pela Companhia; ii. Revisão das decisões favoráveis à exclusão dos benefícios na apuração dos tributos sobre o lucro; iii. análise da documentação suporte preparada pela Companhia para cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária para utilização dos incentivos fiscais; e, iv. obtenção do entendimento do processo e dos critérios de apuração dos referidos valores excluídos das apurações do IRPJ e CSLL; - Testes documentais, em base amostral, referente ao levantamento do crédito de subvenção governamental utilizada, em que inspecionamos os documentos suportes e método de cálculo. - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria em razão do elevado grau de julgamento envolvido na interpretação da legislação tributária aplicável, da complexidade associada à avaliação do enquadramento dos incentivos fiscais como subvenções para investimento, incluindo a aplicação do entendimento do STJ aos diferimentos de ICMS, bem como da relevância dos potenciais efeitos contábeis e tributários nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Com base nos resultados obtidos a partir dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos tributos sobre o lucro reflexos da Subvenção governamental e as divulgações relevantes correlatas no contexto das demonstrações financeiras individual e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.
Instrumentos financeiros derivativos	
Veja a Nota 2.6, 3.d, 22 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade do preço de commodities, taxas de câmbio e taxa de juros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses a Administração utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 379.833 mil, R\$ 367.825 mil, individual e consolidado, para as contas do ativo e passivo, respectivamente e um saldo de R\$ 49.837 mil (líquido dos efeitos tributários) no patrimônio líquido, 31 de março de 2026. Estes instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger a exposição da Companhia ao risco são mensurados ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, outros resultados abrangentes e patrimônio líquido, conforme requerido pelo IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, respectivamente. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utiliza-se de elementos da estimativa, cuja complexidade está nas premissas utilizadas para valorização dos derivativos e na função da grande quantidade de instrumentos de proteção e aplicação do método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis. Dadas as exigências técnicas	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - O entendimento do processo de gerenciamento de riscos da Companhia e da política de proteção e estrutura da contabilidade de hedge. - Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos: i. Avaliamos a aplicação da contabilidade de hedge pela Companhia, conforme os requisitos estabelecidos pelo CPC 48/IFRS 9 e IAS 39; ii. Recalculamos de modo independente, a valorização do valor justo dos derivativos; iii. Inspecionamos, em sua totalidade, a documentação suporte da designação dos instrumentos financeiros para contabilidade de hedge; e iv. Avaliamos os testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para verificar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados. - Envio de cartas de confirmação, em base amostral das posições em aberto, para as contrapartes dos respectivos contratos.

aplicáveis à contabilidade de <i>hedge</i>, no cálculo da efetividade, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção nas demonstrações financeiras, consideramos estes assuntos como relevantes para a nossa auditoria.	- Testamos documentalmente, em base amostral, as posições em aberto dos instrumentos financeiros derivativos, em que inspecionamos os contratos. - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas ao instrumento financeiro derivativo. Com base nos resultados obtidos a partir dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individual e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de março de 2026.
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis



internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as



correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 25 de maio de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
1. Contexto operacional	8
2. Resumo das políticas contábeis materiais.....	10
3. Principais usos de estimativas e julgamentos	16
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	19
5. Contas a receber de clientes	19
6. Estoques e adiantamentos a fornecedores	21
7. Ativos biológicos.....	21
8. Tributos a recuperar	24
9. Partes relacionadas.....	25
10. Investimentos	28
11. Imobilizado	30
12. Intangível.....	34
13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar.....	36
14. Fornecedores	39
15. Obrigações e Direitos com a Copersucar.....	40
16. Empréstimos e financiamentos	41
17. Patrimônio líquido	44
18. Programa de participação nos lucros e resultados	48
19. Imposto de renda e contribuição social	48
20. Compromissos.....	52
21. Provisão para contingências	53
22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos.....	56
23. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros.....	63
24. Informação por segmento (consolidado)	66
25. Receitas	68
26. Custos e despesas por natureza.....	69
27. Outras receitas, líquidas.....	69
28. Resultado financeiro	70
29. Lucro por ação	71
30. Cobertura de seguros	71
31. Evento subsequente.....	71

Balanço Patrimonial

Em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	95.214	898.517	95.263	898.588
Aplicações financeiras	4	3.939.593	2.004.012	4.107.638	2.184.443
Contas a receber de clientes	5	351.217	457.645	366.650	477.210
Instrumentos financeiros derivativos	22	126.024	81.482	126.024	81.482
Estoques	6	549.318	590.958	556.864	597.081
Adiantamentos a fornecedores	6	91.508	145.980	91.417	145.980
Ativos biológicos	7	1.234.632	1.405.729	1.234.632	1.405.729
Tributos a recuperar	8	499.188	423.472	512.340	423.822
Imposto de renda e contribuição social	19	95.609	75.301	97.572	75.900
Dividendos a receber	9	-	13.592	-	-
Outros ativos		54.878	12.732	57.628	15.006
TOTAL DO CIRCULANTE		7.037.181	6.109.420	7.246.028	6.305.241
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	81.432	80.196	81.432	80.196
Contas a receber de clientes	5	-	-	38.115	37.544
Estoques	6	31.682	-	31.682	-
Adiantamentos a fornecedores	6	81.082	56.005	81.082	56.005
Instrumentos financeiros derivativos	22	253.809	177.367	253.809	177.367
Tributos a recuperar	8	689.982	704.558	697.562	710.071
Imposto de renda e contribuição social	19 (i)	8.983	8.983	8.983	8.983
Depósitos judiciais	21	2.290.779	2.049.008	2.290.982	2.049.045
Direitos com a Copersucar	15(b)	369.560	369.560	369.560	369.560
Outros ativos		23.703	-	23.703	-
Total do realizável a longo prazo		3.831.012	3.445.677	3.876.910	3.488.771
Investimentos	10	1.613.177	1.845.827	70.174	62.573
Imobilizado	11	7.816.287	6.743.683	9.379.463	8.708.049
Intangível	12	456.470	440.451	468.133	452.114
Direito de uso	13	2.377.487	2.752.635	2.377.487	2.752.635
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.094.433	15.228.273	16.172.167	15.464.142
TOTAL DO ATIVO		23.131.614	21.337.693	23.418.195	21.769.383

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	603.497	405.130	603.869	404.994
Arrendamento a pagar	13	134.133	113.485	134.133	113.485
Parceria agrícola a pagar	13	380.042	577.005	380.042	577.005
Empréstimos e financiamentos	16	927.745	903.719	930.399	906.297
Instrumentos financeiros derivativos	22	265.919	207.006	265.919	207.006
Salários e contribuições sociais		251.123	262.955	252.858	264.498
Tributos a recolher		51.609	36.699	53.376	38.408
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	-	-	5.804	5.834
Dividendos a pagar	17	69.928	20	69.928	20
Adiantamentos de clientes		18.948	47.418	19.260	47.732
Outros passivos		40.050	9.432	48.810	24.344
TOTAL DO CIRCULANTE		2.742.994	2.562.869	2.764.398	2.589.623
NÃO CIRCULANTE					
Arrendamento a pagar	13	426.316	532.830	426.316	532.830
Parceria agrícola a pagar	13	1.371.955	1.607.133	1.371.955	1.607.133
Obrigações com a Copersucar	15(a)	143.489	139.276	143.489	139.276
Empréstimos e financiamentos	16	8.267.399	7.139.873	8.310.264	7.183.164
Instrumentos financeiros derivativos	22	101.906	51.999	101.906	51.999
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	315.093	433.701	537.405	792.961
Provisão para contingências	21	136.458	118.648	136.458	121.033
Tributos com exigibilidade suspensa	15(b)	2.261.784	2.025.634	2.261.784	2.025.634
Outros passivos		-	26.368	-	26.368
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.024.400	12.075.462	13.289.577	12.480.398
TOTAL DO PASSIVO		15.767.394	14.638.331	16.053.975	15.070.021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	4.819.109	4.445.192	4.819.109	4.445.192
Ações em tesouraria		(179.754)	(90.323)	(179.754)	(90.323)
Ajustes de avaliação patrimonial		1.313.436	1.180.341	1.313.436	1.180.341
Reservas de lucros		1.411.429	1.164.152	1.411.429	1.164.152
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.364.220	6.699.362	7.364.220	6.699.362
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.131.614	21.337.693	23.418.195	21.769.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receitas	25	7.218.007	6.971.099	7.431.765	7.162.034
Custo dos produtos vendidos	26	(5.541.332)	(5.450.989)	(5.483.369)	(5.376.732)
Lucro bruto		1.676.675	1.520.110	1.948.396	1.785.302
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	26	(274.121)	(248.006)	(292.471)	(262.564)
Despesas gerais e administrativas	26	(351.838)	(322.312)	(366.733)	(340.066)
Outras receitas, líquidas	27	94.722	321.368	94.752	325.275
		(531.237)	(248.950)	(564.452)	(277.355)
Lucro operacional		1.145.438	1.271.160	1.383.944	1.507.947
Resultado de equivalência patrimonial	10	233.044	251.629	10.857	9.456
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.378.482	1.522.789	1.394.801	1.517.403
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		407.234	345.275	434.517	378.732
Despesas financeiras		(1.021.880)	(1.045.606)	(1.024.277)	(1.050.689)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(51.166)	(126.467)	(51.166)	(126.467)
Derivativos		(213.304)	(216.205)	(213.304)	(216.205)
		(879.116)	(1.043.003)	(854.230)	(1.014.629)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		499.366	479.786	540.571	502.774
Imposto de renda e contribuição social	19(c)				
Do exercício		10.996	13.718	(30.890)	(9.572)
Diferidos		325.815	63.227	326.496	63.529
Lucro líquido do exercício		836.177	556.731	836.177	556.731
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	29			2,5264	1,6697

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

Controladora e consolidado	2026	2025
Lucro líquido do exercício	836.177	556.731
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	122.983	5.667
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	297.781	(228.882)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	136.090	74.430
	<u>556.854</u>	<u>(148.785)</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(136.595)	(3.153)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(209.674)	218.485
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(50)	30.317
	<u>(346.319)</u>	<u>245.649</u>
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	888	4.777
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(2.633)	1.869
	<u>(1.745)</u>	<u>6.646</u>
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(12.724)	7.291
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	85.474	(8.528)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	136.040	104.747
Tributos diferidos sobre os itens acima	(70.988)	(35.193)
	<u>137.802</u>	<u>68.317</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>973.979</u>	<u>625.048</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

				Ajustes de avaliação patrimonial								
				Deemed cost		Hedge accounting	Outras	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Própria	De investidas			Legal	Orçamento de capital	Reserva de incentivos fiscais		
Saldo em 31 de março de 2024		3.941.717	(16.325)	89.374	1.183.933	(156.282)	1.133	387.377	927.969	503.475	-	6.862.371
Aumento de capital com reservas	17(a)	503.475	-	-	-	-	-	-	-	(503.475)	-	-
Aquisição de ações de emissão própria	17(b)	-	(496.309)	-	-	-	-	-	-	-	-	(496.309)
Pagamento de bônus com ações em tesouraria	17(b)	-	7.869	-	-	-	-	-	-	-	-	7.869
Cancelamento de ações em tesouraria	17(b)	-	414.442	-	-	-	-	-	(414.442)	-	-	-
Reversão de dividendos não reclamados prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21
Realização de mais-valia de deemed cost	17(c. i)	-	-	(5.601)	(895)	-	-	-	-	-	6.496	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	17(c. ii)	-	-	-	-	68.317	-	-	-	-	-	68.317
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas	10	-	-	-	-	-	362	-	-	-	-	362
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	556.731	556.731
Destinação do lucro:												
Constituição de reservas	17 (d)	-	-	-	-	-	-	27.837	235.411	-	(263.248)	-
Juros sob capital próprio, pagos	17(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Saldo em 31 de março de 2025		4.445.192	(90.323)	83.773	1.183.038	(87.965)	1.495	415.214	748.938	-	-	6.699.362
Aumento de capital com reservas	17(a)	373.917	-	-	-	-	-	-	(373.917)	-	-	-
Aquisição de ações de emissão própria	17(b)	-	(89.431)	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.431)
Reversão de dividendos não reclamados prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Realização de mais-valia de deemed cost	17(c. i)	-	-	(4.810)	(113)	-	-	-	-	-	4.923	-
Redução de capital de controlada	17(c. i)	-	-	264.425	(264.425)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	17(c. ii)	-	-	-	-	137.802	-	-	-	-	-	137.802
Ajustes de avaliação patrimonial de investidas	10	-	-	-	-	-	216	-	-	-	-	216
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	836.177	836.177
Destinação do lucro:												
Constituição de reservas	17 (d)	-	-	-	-	-	-	41.809	579.385	-	(621.194)	-
Juros sob capital próprio, pagos	17(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	17(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.910)	(69.910)
Saldo em 31 de março de 2026		4.819.109	(179.754)	343.388	918.500	49.837	1.711	457.023	954.406	-	-	7.364.220

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		836.177	556.731	836.177	556.731
Ajustes					
Depreciação e amortização	26	1.076.934	1.179.141	1.086.030	1.185.212
Ativos biológicos colhidos	26	1.285.217	1.216.970	1.285.217	1.216.970
Variação no valor justo de ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOs	26	339.445	62.654	339.445	62.654
Provisão para perdas na realização dos estoques	26	-	(2.814)	-	(2.814)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(233.044)	(251.629)	(10.857)	(9.456)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	9.233	935	10.126	1.633
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		177.417	361.025	155.566	337.791
Instrumentos financeiros derivativos	25 e 28	(133.013)	462.226	(133.013)	462.226
Constituição de provisão para contingências, líquidas	21.1	52.813	39.849	52.196	39.043
Imposto de renda e contribuição social	19 (c)	(336.811)	(76.945)	(295.606)	(53.957)
Tributos com exigibilidade suspensa		236.151	156.070	236.151	156.070
Reversão (constituição) de provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa		-	(26)	87	(158)
Ajuste a valor presente e outros		210.457	273.546	206.642	269.013
		3.520.976	3.977.733	3.768.161	4.220.958
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		106.050	177.682	113.131	174.413
Estoques		(83.519)	(88.684)	(84.943)	(88.213)
Tributos a recuperar		(42.344)	(333.193)	(58.194)	(338.859)
Instrumentos financeiros derivativos		193.554	(293.609)	193.554	(293.609)
Outros ativos (substancialmente depósitos judiciais)		(69.758)	(397.868)	(69.910)	(397.753)
Fornecedores		154.668	33.381	155.173	46.731
Salários e contribuições sociais		(11.832)	23.960	(11.640)	23.662
Tributos a recolher		4.588	(11.006)	1.789	(15.215)
Obrigações com a Copersucar		721	(45.474)	721	(45.474)
Provisão para contingências (liquidações)	21.1	(45.473)	(48.237)	(46.183)	(48.244)
Outros passivos		(24.222)	19.314	(30.280)	19.623
Caixa proveniente das operações		3.703.409	3.013.999	3.931.379	3.258.020
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(665.841)	(544.934)	(667.470)	(546.400)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(39.030)	(22.083)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.037.568	2.469.065	3.224.879	2.689.537
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Devolução de capital		-	1.140	559	-
Adições ao imobilizado e intangível	11 e 12	(1.065.082)	(1.120.069)	(1.106.204)	(1.227.416)
Adições ao plantio e trato (ativo)		(1.411.892)	(1.556.308)	(1.411.892)	(1.556.308)
Investimentos (resgates) em aplicações financeiras		(1.571.326)	900.798	(1.534.989)	1.020.012
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	10.150	17.183	10.150	17.183
Adiantamento para futuro aumento de capital		(14.000)	(60.000)	-	-
Aquisição de ativos Nova Egito		(175.966)	-	(175.966)	-
Recebimento de dividendos		197.297	295.381	2.716	1.959
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.030.819)	(1.521.875)	(4.215.626)	(1.744.570)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamento e parceria agrícola	13	(696.232)	(679.181)	(696.232)	(679.181)
Captação de financiamentos - terceiros	16	1.730.703	2.472.597	1.730.703	2.476.779
Amortização de financiamentos - terceiros	16	(612.870)	(1.108.739)	(615.086)	(1.110.720)
Aquisição de ações em tesouraria	17 (b)	(89.431)	(502.152)	(89.431)	(502.152)
Outros recebimentos		-	2.130	(310)	2.130
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio		(128.680)	(407.408)	(128.680)	(407.408)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		203.490	(222.753)	200.964	(220.552)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(789.761)	724.437	(789.783)	724.415
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	898.517	204.467	898.588	204.560
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(13.542)	(30.387)	(13.542)	(30.387)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	95.214	898.517	95.263	898.588
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	3.939.593	2.004.012	4.107.638	2.184.443
Total de recursos disponíveis	4	4.034.807	2.902.529	4.202.901	3.083.031

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receitas				
Receita com contrato de clientes	7.785.441	7.352.682	8.012.404	7.555.830
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.882.564	1.964.035	1.882.674	1.964.472
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26)	(26)	556	(214)
Outras receitas	(523.063)	(174.364)	(523.060)	(174.371)
	9.144.916	9.142.327	9.372.574	9.345.717
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.726.034)	(1.901.513)	(1.615.567)	(1.781.542)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(2.065.646)	(2.280.901)	(2.132.100)	(2.337.713)
	(3.791.680)	(4.182.414)	(3.747.667)	(4.119.255)
Valor adicionado bruto	5.353.236	4.959.913	5.624.907	5.226.462
Depreciação e amortização	(2.362.151)	(2.396.111)	(2.371.247)	(2.402.182)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.991.085	2.563.802	3.253.660	2.824.280
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	233.044	251.629	10.857	9.456
Receitas financeiras	353.407	287.867	381.061	321.597
Outras	93.750	324.679	93.852	328.777
Valor adicionado total a distribuir	3.671.286	3.427.977	3.739.430	3.484.110
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	903.169	879.970	906.176	884.688
Benefícios	363.061	343.021	363.912	344.130
FCTS	28.747	83.464	28.957	83.656
Honorários dos administradores	29.252	18.510	29.442	19.142
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	189.170	172.848	248.892	215.734
Estaduais	33.082	40.639	33.807	41.550
Municipais	1.911	1.614	2.168	1.749
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	1.047.590	1.028.652	1.051.019	1.032.281
Aluguéis	18.166	10.394	18.210	10.432
Variações cambiais	181.744	284.782	181.744	284.782
Outras	39.217	7.352	38.926	9.235
Remuneração de capitais próprios				
Pagamento de juros sob capital próprio	150.000	300.000	150.000	300.000
Lucros retidos do exercício	686.177	256.731	686.177	256.731
Valor adicionado distribuído	3.671.286	3.427.977	3.739.430	3.484.110

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "São Martinho") têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar à fabricação e comercialização de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, fabricação de etanol de milho e demais coprodutos, cogeração de energia elétrica, exploração de empreendimentos imobiliários, exploração agrícola, importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, acionistas, empresas ligadas e parcerias agrícolas enquanto os restantes 30% são fornecidos por terceiros (fornecedores). Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e se encerra em dezembro, ocasionando flutuações nos estoques da Companhia. Vale ressaltar que o fornecimento da matéria-prima pode ser afetado por condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, que geralmente ocorre entre os meses de abril a dezembro, período em que também se concentra a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

A Companhia é controlada pela *holding* LJM Participações S.A. ("LJM"), com participação de 58,9% (57,9% em 31 de março de 2025) no capital votante.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 25 de maio de 2026.

Conflitos Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a São Martinho. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da Companhia.

Variações Climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

Aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Santa Elisa

Conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2025 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral sobre a aquisição de parte dos ativos biológicos e direitos da Raízen Energia S.A. ("Raízen"), relativos à Usina Santa Elisa ("Transação"). A São Martinho assumiu aproximadamente 8.700 hectares de cana de contratos da Usina Santa Elisa, os quais foram integralizados pela Raízen na sociedade Nova Egito Agrícola Ltda. ("Nova Egito") para fins da Transação.

As áreas estão localizadas em um raio médio de 25 quilômetros da Unidade São Martinho (Pradópolis-SP), sendo, aproximadamente, 80% de cana própria e 20% de fornecedores. Estima-se que, dado potencial do ambiente (condições de solo predominantemente A e B, e condições climáticas), o volume de cana totalizará 405 mil toneladas na safra 2026/27 e 626 mil toneladas a partir da safra 2027/28.

A Unidade São Martinho possui capacidade de moagem de 50 mil toneladas de cana por dia e processará a cana-de-açúcar referente à Transação.

A Transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e segue com o cumprimento de determinadas condições previstas nos contratos para efetivação destes.

O valor da operação no exercício findo em 31 de março de 2026 é de R\$ 175.966.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de fevereiro de 2026, foi aprovada a incorporação da subsidiária "Nova Egito", para permitir a utilização mais eficiente dos ativos, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiro. A "Nova Egito" foi extinta, com sucessão pela São Martinho em todos os seus direitos e obrigações, nos termos dos artigos 227 e 229 da Lei das S.A., sem aumento de capital.

A aquisição foi avaliada e contabilizada como aquisição de ativos e estes foram reconhecidos nas rubricas: a) Ativo biológico (NE 7); b) Imobilizado (NE 11); c) Intangível (NE 12); d) Direito de uso (NE 13 (a)) e; e) Arrendamentos e parcerias a pagar (NE 13 (b)).

2. Resumo das políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As políticas contábeis materiais adotados pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Essas áreas que demandam um nível mais elevado de julgamento e apresentam maior complexibilidade, assim como as áreas em que premissas e estimativas têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 3.

2.2 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:
 - i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração do resultado, a saber: as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não será alterado.
 - ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota explicativa nas demonstrações financeiras.
 - iii) São fornecidas orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

- **IFRS S1 e S2 – Divulgação de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade e ao Clima:** O IFRS S1 e S2 (CBPS 1 e CBPS2) são normas que estabelecem requerimentos para divulgações complementares à demonstração financeira acerca de temas relacionadas à Sustentabilidade e ao Clima, passando a exigir que seja incorporado um relato integrado, baseando-se em quatro pilares: a) Governança; b) Estratégias; c) Gestão de riscos e; d) Métricas e metas. A partir destes pilares, a Companhia deverá avaliar e divulgar os riscos e oportunidades que possam impactar o desempenho operacional ou fluxos de caixa futuros. Estas informações devem ser consistentes com as premissas econômicas e financeiras utilizadas pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração vem acompanhando as evoluções sobre o tema no mercado e criou um grupo de trabalho que avalia os impactos significativos destas normas nas demonstrações financeiras, com vigência a partir dos relatórios anuais de 1º de janeiro de 2027, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2027.

A Administração entende a importância da aplicação dessas normas e conclui que elas contribuem para o fortalecimento da transparência, governança e qualidade das informações oferecidas aos investidores, credores e demais *stakeholders*.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As controladas são todas as entidades que a Companhia detém o controle, e são completamente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação dessas entidades é interrompida a partir do momento em que a Companhia deixa de exercer o controle sobre elas.

Os saldos consolidados nas demonstrações financeiras atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Agrícolas Ltda. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis
São Martinho Terras Imobiliárias Ltda. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários
Bioenergética São Martinho Ltda. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica
Bioenergética Santa Cruz Ltda. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bio BV")	Cogeração de energia elétrica
Bioenergia São Martinho Ltda. ("Bioenergia SM")	Cogeração de energia elétrica
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral
São Martinho Inova Ltda. ("SM Inova")	Participação em sociedades
Biometano Santa Cruz Ltda. ("Biometano SC")	Produção e processamento de gás
Bioenergia Itacema Ltda. ("Bioenergia Itacema") (ii)	Cogeração de energia elétrica
Bioenergia São Martinho II Ltda. ("Bioenergia SM II") (ii)	Cogeração de energia elétrica

- (i) SM Terras Imobiliárias inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPEs (Sociedades de Propósitos Específicos).
- (ii) Empresas em fase pré-operacional.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Todas as informações financeiras expressas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.7 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.8 Subvenções governamentais para investimentos

A Companhia adota política de controle e utilização de recursos oriundos de subvenções para investimento concedidas por entes governamentais, destinados a implantação, expansão, modernização e desenvolvimento de suas atividades operacionais.

Os recursos incentivados são aplicados exclusivamente em projetos vinculados à atividade empresarial, incluindo aquisição de ativos, expansão operacional, modernização produtiva, inovação e demais investimentos elegíveis, conforme legislação e condições estabelecidas pelos programas de incentivo.

A Companhia mantém controles contábeis e financeiros específicos para identificação, segregação e rastreabilidade dos valores recebidos e aplicados, suportados por documentação comprobatória adequada.

O reconhecimento contábil, a utilização e a divulgação das subvenções observam as disposições legais, societárias e tributárias aplicáveis, bem como os princípios de transparência, conformidade e governança corporativa.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços –, incluindo benefícios concedidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUIR –, bem como outros incentivos usufruídos por suas unidades industriais. Tais benefícios são tratados, para fins fiscais, conforme o disposto na Lei Complementar nº 160/2017 e no art. 30 da Lei nº 12.973/2014, os quais estabelecem condições para sua caracterização como subvenções para investimento e consequente exclusão da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. No exercício, a Companhia revisou o tratamento contábil e fiscal aplicável a determinados benefícios fiscais de ICMS relativos aos exercícios de 2020 a 2023, considerando o disposto na Lei Complementar nº 160/2017, no art. 30 da Lei nº 12.973/2014, bem como o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema 1.182. Em decorrência dessa revisão, determinados benefícios passaram a ser tratados como subvenções para investimento para fins fiscais.

Os valores reconhecidos para o exercício findo em 31 de março de 2026 estão descritos na Nota 19(c, i).

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a Companhia revisa os saldos contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, estoques e tributos diferidos) com o objetivo de identificar qualquer indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra tais indícios, o valor recuperável do ativo é estimado. Para o encerramento do exercício atual, não foram identificados indícios que justificassem a realização de testes de recuperação sobre esses ativos.

No entanto, em conformidade com as normas aplicáveis, a Companhia testa, pelo menos anualmente, o teste de recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura. A Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das Unidades Geradoras de Caixas (UGC's) determinadas pela Administração.

O teste contempla as 4 unidades industriais operacionais da Companhia, em conjunto com outras 11 entidades do grupo, cujas atividades incluem, predominantemente: (i) Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis; (ii) Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários; (iii) 6 unidades de cogeração de energia elétrica; (iv) Armazenagem de produtos em geral; (v) Participação em sociedades; (vi) Produção e processamento de gás, que são geridas de forma integrada. A Administração entende que essas operações, em conjunto, formam uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC Consolidada) da São Martinho para fins de teste de *impairment*. Os fluxos de caixa futuros são projetados com base nos orçamentos aprovados pela Administração, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. O fluxo de caixa descontado da São Martinho compreende, substancialmente, a Controladora e foi elaborado por um exercício de 5 anos, conforme tempo razoável de recuperação dos ativos relacionados às atividades do setor econômico em que opera. A taxa de desconto utilizada foi de 9,01% ao ano (10,28% em 2025). As principais premissas utilizadas pela São Martinho foram: (i) expectativa de preço de vendas das commodities em horizonte de longo prazo, (ii) produtividade das áreas agrícolas, (iii) desempenho do ATR e (iv) custos operacionais e administrativos. Todo fluxo de caixa foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes da UGC consolidada. Como resultado dos testes anuais, nenhuma perda significativa foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025.

A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes quando essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais (Nota 12).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, os quais se encontram em diversas instâncias. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais - e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantias oferecidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	Rendimento anual	2026	2025	Rendimento anual	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa:						
Conta corrente no Brasil		578	854		627	925
Conta corrente no exterior (i)	3,8%	94.636	316.500	3,8%	94.636	316.500
Aplicações financeiras						
. Aplicações em moeda estrangeira	4,4%	-	581.163	4,4%	-	581.163
Total de caixa e equivalentes de caixa		95.214	898.517		95.263	898.588
No Brasil (moeda nacional)		578	854		627	925
No exterior (Moeda estrangeira)		94.636	897.663		94.636	897.663
		95.214	898.517		95.263	898.588
Aplicações financeiras:						
. Fundo de investimento (ii)	101,1% CDI	3.703.327	1.994.866	101% CDI	3.870.895	2.174.697
. CDB	101,7% CDI	236.266	9.146	101,7% CDI	236.743	9.746
. Outros (iii)	95,2% CDI	81.432	80.196	95,2% CDI	81.432	80.196
Total de aplicações financeiras		4.021.025	2.084.208		4.189.070	2.264.639
Total de aplicações financeiras no ativo não circulante		81.432	80.196		81.432	80.196
Total de aplicações financeiras no ativo circulante		3.939.593	2.004.012		4.107.638	2.184.443

- (i) Saldo de conta corrente no exterior remunerado por taxa *overnight* pré-fixada em dólar, com liquidez diária, exclusivamente em instituições financeiras *investment grade*;
- (ii) Os fundos de investimento exclusivos Sugar Cane I, II e III são fundos de renda fixa crédito privado referenciados DI, geridos pela Bradesco Asset Management, Itaú Unibanco Asset Management e BTG Pactual Asset Management respectivamente e administrados pelo Banco Bradesco, Itaú Unibanco e BTG Pactual Serviços Financeiros respectivamente. Estes fundos foram constituídos com o propósito exclusivo de participação da Companhia e suas subsidiárias. As demais obrigações relacionadas ao fundo são principalmente as taxas administrativas para manutenção da carteira. Os rendimentos reconhecidos refletem as marcações diárias nas posições dos fundos e os ativos possuem liquidez em mercado secundário, sendo o valor da cota composto por: títulos públicos em 56% (2025 - 64%), letras financeiras em 29% (2025 - 19%) e demais títulos privados em 15% (2025 - 17%);
- (iii) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da SM e suas controladas são reconhecidas ao valor justo no momento inicial e posteriormente a custo amortizado.

Adicionalmente, para as empresas controladas que possuem atividades de empreendimentos imobiliários, os valores do contas a receber de clientes são avaliadas pelo seu valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cientes mercado interno	276.044	248.163	330.553	306.162
Cientes mercado externo	75.173	209.482	75.173	209.481
	351.217	457.645	405.726	515.643
(-) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(961)	(889)
	351.217	457.645	404.765	514.754
Ativo circulante	(351.217)	(457.645)	(366.650)	(477.210)
Ativo não circulante	-	-	38.115	37.544

O saldo das contas a receber por data de vencimento é apresentado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
A vencer:				
até 30 dias	292.389	331.839	303.980	341.395
de 31 a 60 dias	9.802	11.318	10.077	12.138
de 61 a 90 dias	757	2.978	1.188	3.931
de 91 a 120 dias	1.462	27.332	1.888	28.227
de 121 a 180 dias	2.460	1.499	3.256	4.883
de 181 a 365 dias	44.130	76.278	46.390	80.161
acima de 365 dias	-	-	38.115	37.544
	351.000	451.244	404.894	508.279
Vencidos e não provisionados:				
até 30 dias	48	2.920	55	3.163
de 31 a 60 dias	23	38	63	47
de 61 a 90 dias	65	5	118	18
de 91 a 120 dias	5	3	104	11
de 121 a 180 dias	12	89	22	99
de 181 a 365 dias	64	3.346	135	3.503
acima de 365 dias	-	-	335	523
	217	6.401	832	7.364
	351.217	457.645	405.726	515.643

Do saldo a receber, R\$ 4.125 na Controladora e R\$ 2.480 no Consolidado (comparado a R\$ 2.961 na Controladora e R\$ 216 no Consolidado em 31 de março de 2025) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Estoques:				
Produtos acabados e em elaboração	179.062	234.780	179.393	234.780
Matéria-prima - Milho	124.138	113.919	124.138	113.919
Renovabio - CBIOS (i)	2.043	567	2.043	567
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	275.757	241.692	276.195	241.692
Loteamentos - Terrenos	-	-	6.777	6.123
Total de estoques	581.000	590.958	588.546	597.081
Adiantamentos a fornecedores:				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	82.692	79.709	82.601	79.709
Adiantamentos - compras de insumos e produtos acabados	89.898	122.276	89.898	122.276
Total de adiantamentos a fornecedores	172.590	201.985	172.499	201.985
No ativo circulante				
Estoques	549.318	590.958	556.864	597.081
Adiantamentos a fornecedores	91.508	145.980	91.417	145.980
Total no ativo circulante	640.826	736.938	648.281	743.061
No ativo não circulante				
Estoques	31.682	-	31.682	-
Adiantamentos a fornecedores	81.082	56.005	81.082	56.005
Total no ativo não circulante	112.764	56.005	112.764	56.005

(i) Em 31 de março de 2026, existiam 98 mil CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido (em comparação com 11 mil CBIOS em 31 de março de 2025).

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, e são ajustados, quando necessário, por meio da provisão para redução aos valores de realização. No caso dos estoques de terrenos (loteamentos), que correspondem aos empreendimentos imobiliários, são apresentados pelo custo histórico.

Do saldo de adiantamentos registrados em 31 de março de 2026 na rubrica de estoques, R\$ 92 na Controladora referem-se a partes relacionadas (comparado a R\$ 625 na Controladora e no Consolidado em 31 de março de 2025), conforme detalhado na nota 9.

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. A cada colheita, são realizados os tratos culturais, que proporcionam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento da lavoura após a colheita. Com a realização desse processo, a lavoura de cana-de-açúcar (ativo imobilizado) ganha produtividade e consequentemente aumento da sua vida útil. Sendo assim, os dispêndios com tratos culturais são classificados no grupo de atividades de investimentos da demonstração do fluxo de caixa.

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas utilizadas na determinação do referido valor justo foram:

Controladora e Consolidado	2026	2025
Área total estimada de colheita (ha)	255.504	254.689
Quantidade de Açúcar Total Recuperável "ATR" por hectare	11,87	11,96
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,16	1,20

Nas demonstrações financeiras atuais, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,0% a.a. (10,0% a.a. em 31 de março de 2025).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, utilizando uma taxa de desconto, adequada para remunerar o investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos, com contrapartida na subconta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício é a seguinte:

Controladora e Consolidado	2026	2025
Custo histórico	1.665.746	1.563.058
Valor justo	(260.017)	(198.550)
Saldo inicial de ativos biológicos:	1.405.729	1.364.508
Aumentos decorrentes de tratos (i)	962.779	959.234
Transferência do imobilizado	450.312	392.784
Variação no valor justo	(339.595)	(61.467)
Reduções decorrentes da colheita	(1.244.593)	(1.249.330)
Saldo final de ativos biológicos:	1.234.632	1.405.729
Composto por:		
Custo histórico	1.834.244	1.665.746
Valor justo	(599.612)	(260.017)
Saldo final de ativos biológicos:	1.234.632	1.405.729

- (i) Total de tratos, R\$ 67.864 corresponde a aquisição de ativos da Nova Egito, conforme descrito na NE 1 (Aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Santa Elisa).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 116.789. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 105.618.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Circulante				
PIS / COFINS	277.239	241.122	286.909	241.259
ICMS	210.201	179.194	213.684	179.407
Reintegra	10.652	528	10.652	528
Outros	1.096	2.628	1.095	2.628
	499.188	423.472	512.340	423.822
Não Circulante				
PIS / COFINS	310.731	311.112	310.731	311.112
ICMS	367.297	382.206	374.877	387.719
IOF sobre derivativos	11.515	10.822	11.515	10.822
INSS	439	418	439	418
	689.982	704.558	697.562	710.071
	1.189.170	1.128.030	1.209.902	1.133.893

Os saldos de tributos a recuperar referem-se substancialmente as operações de aquisições de mercadorias e compras de ativos imobilizados da Companhia. Também foram reconhecidos créditos oriundos de recuperações extemporâneas dos quais são descritos no item 27.i.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado :

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
Bio SM	733	1.006	-	-
Bio BV	661	483	-	-
SM Terras Imobiliárias	81	871	-	-
Bio SC	35	19	-	-
Bioenergia SM	35	303	-	-
SM Terras Agrícolas	29	9	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	19	19	19	19
Outros	2.532	251	2.461	197
	4.125	2.961	2.480	216
Estoques e adiantamentos a fornecedores				
SM Terras Agrícolas	92	-	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	-	167	-	167
Outros	-	458	-	458
	92	625	-	625
Dividendos a receber				
SM Terras Imobiliárias	-	11.329	-	-
SM Inova	-	2.256	-	-
SM Logística	-	7	-	-
	-	13.592	-	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
SM Terras Agrícolas	4.107	6.990	-	-
Bio SC	788	374	-	47
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	210	47	210	-
Outros	93	140	93	138
	5.198	7.551	303	185
Passivo circulante e não circulante				
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar				
De acionistas e partes relacionadas	376.308	492.056	376.308	492.056

- (i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com serviços administrativos e venda de vapor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Transações da Controladora e do Consolidado no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receita de vendas				
Bio BV	17.811	12.983	-	-
Bioenergia SM	13.219	12.584	-	-
Bio SM	6.606	8.492	-	-
Bio SC	3.691	3.272	-	-
	41.327	37.331	-	-
Custos de arrendamento (Compras de produtos e serviços) / despesas reembolsadas				
SM Terras Agrícolas	(67.562)	(75.261)	-	-
SM Terras Imobiliárias	(32.710)	(34.932)	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	(21.873)	(21.917)	(20.400)	(20.857)
Bio SC	(884)	(500)	-	-
Bio BV	261	348	-	-
Bioenergia SM	145	143	-	-
Bio SM	144	116	-	-
Biometano SC	139	-	-	-
	(122.340)	(132.003)	(20.400)	(20.857)
Acionistas e partes relacionadas				
Compra de cana-de-açúcar / arrendamento de terras / despesas reembolsadas				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(58.172)	(59.518)	(58.172)	(59.518)
Outros	(19.792)	(28.383)	(6.613)	(29.153)
	(77.964)	(87.901)	(64.785)	(88.671)
Resultado financeiro				
Receitas (despesas) financeiras				
Outros (i)	(54.356)	(53.349)	(54.356)	(53.349)
	(54.356)	(53.349)	(54.356)	(53.349)

(i) Ajuste a valor presente de contratos de parcerias e arrendamentos, líquidos de tributos.

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor, enquanto as compras de produtos e serviços incluem: a) aquisição de cana-de-açúcar; b) energia elétrica; c) serviço de industrialização de vapor e; d) royalties. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas correspondem a gastos rateados de serviços administrativos. Os contratos com partes relacionadas observam a Política de Transações com Partes Relacionadas com revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 17.06.2024. As transações são formalizadas mediante contratos com cláusulas e condições que refletem os preços e práticas de mercado, os quais devem ser comutativos, gerando valor para ambas as partes contratantes.

Os contratos com partes relacionadas referem-se, em sua maioria, à contratos de parceria e arrendamento, compartilhamento de despesas, e, ocasionalmente, contratos de aluguel, compra e venda de mudas e compra e venda de energia. No Formulário de Referência da Companhia, item 11.2, são informados os detalhes dos contratos, tais como: objeto, garantias, natureza, data da transação, montante envolvido, saldo, duração e taxa de juros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de parceria e arrendamento de cana são celebrados a partir das condições e preços médios de mercado da respectiva região, com vigência média de 5 anos, com até 2 cortes opcionais, multa de 20% em casos de descumprimento contratual, sem juros. Os contratos de compartilhamento de despesas, seguem as determinações da Receita Federal constantes da SC-COSIT nº 23/2013 e da SC-COSIT nº 149/2021 e são firmados por prazo indeterminado. Os custos e despesas são objeto de formalização e validação entre as partes, com rateio e reembolso mensal e observam a proporção da quantidade/tempo para a realização das atividades.

Com relação aos outros contratos: a) aluguel: os valores encontram-se em linha com o valor médio do metro quadrado do aluguel dos imóveis comerciais encontrados na região; b) energia: seguem as regras do regulamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme preço médio adotado pelo mercado na modalidade spot; c) compra e venda de mudas e licenciamento: os valores pagos seguem as condições de mercado, assegurada pela Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456/1997), Decreto nº 2.366/1997, Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 279/1996), Decreto nº 1.355/1994, e pela Lei de Sementes e Mudas (Lei nº 10.711/2003).

c) Remuneração dos Administradores:

A remuneração paga (ou a pagar) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Remuneração fixa	30.289	27.735	30.479	28.369
Bônus, benefícios e outras remunerações variáveis	15.968	25.543	15.968	28.163
Pagamento baseado em ações virtuais	-	138	-	138
Contribuições previdenciárias e sociais	9.041	10.355	9.079	10.533
Total da remuneração e encargos	55.298	63.771	55.526	67.203

d) Planos de incentivo de longo prazo:

A São Martinho possui um plano de opções virtuais de compra de ações aos diretores da Companhia também estendido a outros executivos. Este plano prevê a liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço fixado em cada plano.

Em 15 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 2.733.060 opções virtuais, através do 17º Plano de Opções de Compra de Ações, e em 31 de março de 2026, foi aprovado um novo Plano de Incentivo de Longo Prazo de Ações Virtuais, cuja outorga irá ocorrer durante o próximo exercício. Os regulamentos encontram-se arquivados na sede da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil do passivo nas demonstrações financeiras atuais, referente ao cálculo do valor justo do Plano de Opções e Ações Virtuais é de R\$ 11.125 (comparado a R\$ 4.645 em 31 de março de 2025). O valor justo para o plano de Opções Virtuais refere-se a diferença entre o preço de exercício e o valor de mercado das ações da Companhia (SMT03) na data base do balanço. Com relação ao valor justo do programa de Ações Virtuais este é calculado considerando a cotação das ações da Companhia (SMT03) e o total de ações virtuais outorgadas.

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação na data das demonstrações financeiras atuais estão demonstrados a seguir:

Plano	11º Plano	12º Plano	13º Plano	14º Plano	15º Plano	16º Plano	17º Plano	Total
Data de concessão do plano	09/12/2019	14/12/2020	13/12/2021	12/12/2022	11/12/2023	16/12/2024	15/12/2025	
Data limite para exercício	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	
Quantidade opções virtuais outorgadas	1.072.712	754.980	563.175	1.463.211	1.393.489	1.821.251	2.733.060	9.801.878
Quantidade opções virtuais exercidas/extintas	(448.830)	(91.649)	(29.958)	(75.341)	(30.248)	(46.821)	-	(722.847)
Saldo opções virtuais a exercer	623.882	663.331	533.217	1.387.870	1.363.241	1.774.430	2.733.060	9.079.031
Preço do exercício (R\$)	19,38	24,22	37,17	27,44	33,70	25,38	13,68	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência, que seguem a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em AGO referem-se às opções virtuais a serem outorgadas naquele exercício.

10. Investimentos

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto da seguinte maneira:

				Controladora			
Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2026	2025	2026	2025	2026	2025
Classificados no Investimento							
SM Terras Imobiliárias	100,00%	678.551	666.366	678.551	666.366	33.556	46.243
SM Terras Agrícolas	100,00%	508.075	808.017	508.075	808.017	43.265	70.004
Biometano SC	100,00%	186.534	169.728	186.534	169.729	2.805	3.429
SM Inova	100,00%	66.902	55.110	66.902	55.110	11.797	9.499
Bio SC	100,00%	54.135	55.911	56.166	58.040	45.547	63.244
Bio SM	100,00%	40.495	36.141	40.495	36.141	28.227	19.339
Bioenergia SM	100,00%	40.127	21.043	40.127	21.043	28.870	(8.175)
Bio BV	100,00%	36.316	31.369	36.316	31.369	38.979	48.031
SM Logística	100,00%	9	10	9	10	(2)	15
Bioenergia Itacema	100,00%	1	1	1	1	-	-
Bioenergia SM II	100,00%	1	1	1	1	-	-
Total classificados no Investimento		1.611.146	1.843.697	1.613.177	1.845.827	233.044	251.629

				Consolidado			
Empresa	% de participação	Patrimônio líquido		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		2026	2025	2026	2025	2026	2025
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	1.287.093	1.125.891	69.688	60.960	11.721	9.443
Outros		-	-	486	1.613	(864)	13
Total classificados no Investimento		1.287.093	1.125.891	70.174	62.573	10.857	9.456

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia através da sua controlada SM Inova possui influência significativa por ter participação no Conselho de Administração da investida.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.
A movimentação dos investimentos durante o exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	1.845.827	1.738.747	62.573	54.692
Resultado de equivalência patrimonial	233.044	251.629	10.857	9.456
Integralização de capital e adiantamento para futuro aumento de capital	14.000	165.202	310	-
Redução de capital (ii)	(296.204)	(1.140)	-	-
Dividendos distribuídos	(183.705)	(308.973)	(3.782)	(1.939)
Demais reflexos de investimentos	215	362	216	364
Saldo no final do exercício	1.613.177	1.845.827	70.174	62.573

Informações financeiras resumidas dos investimentos

		Ativo		Passivo			
		31 de março de 2026		31 de março de 2026			31 de março de 2026
Empresa	% de participação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
SM Terras Imobiliárias	100,00%	20.589	661.786	3.824	-	678.551	33.556
SM Terras Agrícolas	100,00%	27.990	698.318	5.212	213.021	508.075	43.265
Biometano SC	100,00%	16.821	173.207	3.494	-	186.534	2.805
SM Inova	100,00%	2.977	69.688	3	5.760	66.902	11.797
Bio SC	100,00%	34.041	23.311	446	2.771	54.135	45.644
Bio SM	100,00%	26.726	15.884	2.115	-	40.495	28.227
Bioenergia SM	100,00%	39.707	53.868	10.583	42.865	40.127	28.870
Bio BV	100,00%	28.059	11.163	2.611	295	36.316	38.979
SM Logística	100,00%	9	-	-	-	9	(2)
Bioenergia Iracema	100,00%	1	-	-	-	1	-
Bioenergia SM II	100,00%	1	-	-	-	1	-
Total		196.921	1.707.225	28.288	264.712	1.611.146	233.141

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Ativo		Passivo			
		31 de março de 2025		31 de março de 2025			31 de março de 2025
Empresa	% de participação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
SM Terras Imobiliárias	100,00%	21.221	663.383	15.853	2.385	666.366	46.243
SM Terras Agrícolas	100,00%	41.737	1.130.741	15.319	349.142	808.017	70.004
Biometano SC	100,00%	42.949	132.885	6.102	4	169.728	3.429
SM Inova	100,00%	2.167	60.960	2.257	5.760	55.110	9.499
Bio SC	100,00%	35.104	24.662	907	2.948	55.911	63.244
Bio SM	100,00%	21.626	16.703	2.188	-	36.141	19.339
Bioenergia SM	100,00%	17.698	56.719	10.083	43.291	21.043	(8.175)
Bio BV	100,00%	27.273	11.549	7.144	309	31.369	48.031
SM Logística	100,00%	16	-	6	-	10	15
Bioenergia Itacema	100,00%	1	-	-	-	1	-
Bioenergia SM II	100,00%	1	-	-	-	1	-
Total		209.793	2.097.602	59.859	403.839	1.843.697	251.629

(ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2025, foi aprovada a transferência de terras e redução do capital social da investida SMTA no montante de R\$ 31.779, com a respectiva reserva de reavaliação líquida dos tributos diferidos no montante de R\$ 264.425, para a SM. O acervo líquido estava composto conforme a seguir:

	Nota	SMTA
ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO		
Terra nua		31.779
Terra nua - Reavaliação/Deemed Cost		400.644
	11	432.423
PASSIVO NÃO CIRCULANTE - TRIBUTOS DIFERIDOS		
IRPJ e CSLL diferidos	19 (b)	(136.219)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - AAP, LÍQUIDO DE TRIBUTOS DIFERIDOS		
Deemed cost própria	17 (c. i)	(264.425)

11. Imobilizado

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. Para o exercício findo em 31 de março de 2026 e de 31 de março de 2025, não ocorreram mudanças na vida útil dos ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo que, para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que impliquem prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os itens substituídos são baixados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e depen- dências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de- açúcar	Obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2024	96.046	576.914	2.162.157	360.862	518.459	1.947.584	489.474	30.248	6.181.744
Aquisição	-	4.567	23.944	45.787	229.051	602.037	323.843	3.761	1.232.990
Gastos manutenção entressafra	-	-	185.289	113.129	154.070	-	-	-	452.488
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(392.784)	-	-	(392.784)
Custo da alienação	-	-	(468)	(5.837)	(3.106)	(8.037)	-	(670)	(18.118)
Transferências entre grupos	-	73.581	321.534	16.892	(29.536)	21.285	(415.554)	11.798	-
Depreciação	-	(18.907)	(415.490)	(116.367)	(153.811)	-	-	(8.062)	(712.637)
Saldos em 31 de março de 2025	96.046	636.155	2.276.966	414.466	715.127	2.170.085	397.763	37.075	6.743.683
Custo total	96.046	814.054	3.536.132	721.433	1.236.662	2.170.085	397.763	212.101	9.184.276
Depreciação acumulada	-	(177.899)	(1.259.166)	(306.967)	(521.535)	-	-	(175.026)	(2.440.593)
Valor residual	96.046	636.155	2.276.966	414.466	715.127	2.170.085	397.763	37.075	6.743.683
Saldos em 31 de março de 2025	96.046	636.155	2.276.966	414.466	715.127	2.170.085	397.763	37.075	6.743.683
Aquisição (i)	22.480	15.527	78.827	42.665	51.820	618.328	449.576	8.270	1.287.493
Gastos manutenção entressafra	-	-	191.326	116.815	159.089	-	-	-	467.230
Redução de capital (nota 10. (iii))	432.423	-	-	-	-	-	-	-	432.423
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	(450.312)	-	-	(450.312)
Custo da alienação	-	-	(7.551)	(3.128)	(2.554)	-	-	(235)	(13.468)
Transferências entre grupos	-	28.271	110.713	12.943	(50.369)	73.745	(182.943)	7.640	-
Depreciação	-	(19.940)	(261.003)	(176.655)	(185.035)	-	-	(8.129)	(650.762)
Saldos em 31 de março de 2026	550.949	660.013	2.389.278	407.106	688.078	2.411.846	664.396	44.621	7.816.287
Custo total	550.949	857.852	3.741.874	746.878	1.268.418	2.411.846	664.396	227.533	10.469.746
Depreciação acumulada	-	(197.839)	(1.352.596)	(339.772)	(580.340)	-	-	(182.912)	(2.653.459)
Valor residual	550.949	660.013	2.389.278	407.106	688.078	2.411.846	664.396	44.621	7.816.287
Valores Residuais :									
Custo histórico	79.018	610.825	2.265.333	396.792	683.326	2.411.846	664.396	44.621	7.156.157
Mais-valia	471.931	49.188	123.945	10.314	4.752	-	-	-	660.130
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	2%	4%	7%	9%	14%	-	14%	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Benfeitorias e outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2024	1.820.793	578.918	2.273.946	360.861	518.459	1.947.583	514.338	30.250	8.045.148
Aquisição	-	4.567	24.285	45.787	229.051	602.037	430.290	3.761	1.339.778
Gastos manutenção entressafra	-	-	186.068	113.129	154.070	-	-	-	453.267
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	(392.784)	-	-	(392.784)
Custo da alienação	(698)	-	(469)	(5.837)	(3.106)	(8.036)	-	(670)	(18.816)
Transferências entre grupos	-	81.419	316.926	16.892	(29.536)	21.285	(419.177)	12.191	-
Depreciação	-	(19.113)	(421.135)	(116.367)	(153.811)	-	-	(8.118)	(718.544)
Saldos em 31 de março de 2025	1.820.095	645.791	2.379.621	414.465	715.127	2.170.085	525.451	37.414	8.708.049
Custo total	1.820.095	826.070	3.686.914	721.433	1.236.663	2.170.085	525.451	212.510	11.199.221
Depreciação acumulada	-	(180.279)	(1.307.293)	(306.968)	(521.536)	-	-	(175.096)	(2.491.172)
Valor residual	1.820.095	645.791	2.379.621	414.465	715.127	2.170.085	525.451	37.414	8.708.049
Saldos em 31 de março de 2025	1.820.095	645.791	2.379.621	414.465	715.127	2.170.085	525.451	37.414	8.708.049
Aquisição (i)	22.480	15.527	79.184	42.665	51.820	618.328	488.847	8.270	1.327.121
Gastos manutenção entressafra	-	-	192.968	116.815	159.089	-	-	-	468.872
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	(450.312)	-	-	(450.312)
Custo da alienação	(885)	-	(7.551)	(3.128)	(2.554)	-	(7)	(235)	(14.360)
Transferências entre grupos	-	74.560	214.144	12.942	(50.369)	73.745	(333.255)	8.233	-
Depreciação	-	(20.876)	(269.083)	(176.655)	(185.035)	-	-	(8.258)	(659.907)
Saldos em 31 de março de 2026	1.841.690	715.002	2.589.283	407.104	688.078	2.411.846	681.036	45.424	9.379.463
Custo total	1.841.690	916.161	3.997.497	746.878	1.268.418	2.411.846	681.036	228.535	12.092.061
Depreciação acumulada	-	(201.159)	(1.408.214)	(339.774)	(580.340)	-	-	(183.111)	(2.712.598)
Valor residual	1.841.690	715.002	2.589.283	407.104	688.078	2.411.846	681.036	45.424	9.379.463
Valores Residuais :									
Custo histórico	194.053	665.094	2.453.963	396.790	683.326	2.411.846	681.036	45.424	7.531.532
Mais-valia	1.647.637	49.908	135.320	10.314	4.752	-	-	-	1.847.931
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	2%	4%	8%	9%	14%	-	12%	

- (i) Do total de aquisições de lavoura de cana-de-açúcar, R\$ 94.655 correspondem a aquisição de ativos da Nova Egito, conforme descrito na NE 1 (Aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Santa Elisa).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante alocado em "Obras em Andamento" refere-se principalmente aos projetos do plano de irrigação, incremento na produção de açúcar e flexibilização na produção de anidro previstos para março de 2027 e expansão da unidade produtora de etanol a partir do processamento de milho (Segunda Fase), anexa a unidade Boa Vista, na cidade de Quirinópolis, estado de Goiás, com início de operação previsto para o segundo semestre de 2027.

Devido a certos empréstimos e financiamentos adquiridos pela São Martinho, alguns bens do ativo imobilizado foram oferecidos como garantia. O valor contábil total desses bens no consolidado atinge o montante de R\$ 691.027, dos quais R\$ 37.948 correspondem a imóveis rurais, abrangendo uma área total de 1.505 hectares de terras.

A São Martinho capitalizou encargos financeiros durante o exercício no montante de R\$ 51.187 a uma taxa média de 10,9% a.a. (comparado a R\$ 7.023, a uma taxa média de 8,3% a.a. em 31 de março de 2025).

12. Intangível

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

Controladora	Ágio rentabilidade futura (I)	Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (II)	Software	Direito de servidão florestal	Outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2024	374.632	16.769	50.379	29	1.291	204	443.304
Aquisição	-	-	14.725	(6)	-	(204)	14.515
Amortização	-	(4.192)	(13.176)	-	-	-	(17.368)
Saldos em 31 de março de 2025	374.632	12.577	51.928	23	1.291	-	440.451
Custo total	374.632	42.443	108.020	23	1.291	-	526.409
Amortização acumulada	-	(29.867)	(56.091)	-	-	-	(85.958)
Valor residual	374.632	12.576	51.929	23	1.291	-	440.451
Saldos em 31 de março de 2025	374.632	12.576	51.929	23	1.291	-	440.451
Aquisição	-	13.447	21.062	-	-	-	34.509
Amortização	-	(4.191)	(14.299)	-	-	-	(18.490)
Saldos em 31 de março de 2026	374.632	21.832	58.692	23	1.291	-	456.470
Custo total	374.632	55.890	129.082	23	1.291	-	560.918
Amortização acumulada	-	(34.058)	(70.390)	-	-	-	(104.448)
Valor residual	374.632	21.832	58.692	23	1.291	-	456.470
Taxas médias ponderadas anuais de amortização	-	10%	20%	-	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Ágio rentabilidade futura (i)	Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	Direitos sobre contratos de energia	Software	Direito de servidão florestal	Outros ativos intangíveis	Intangível em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2024	374.632	16.769	-	50.379	11.636	1.291	260	454.967
Aquisição	-	-	-	14.725	(6)	-	(204)	14.515
Amortização	-	(4.192)	-	(13.176)	-	-	-	(17.368)
Saldos em 31 de março de 2025	-	(4.192)	-	1.549	(6)	-	(204)	452.114
Custo total	374.632	42.443	103.401	108.021	11.630	1.291	56	641.474
Amortização acumulada	-	(29.867)	(103.401)	(56.092)	-	-	-	(189.360)
Valor residual	374.632	12.576	-	51.929	11.630	1.291	56	452.114
Saldos em 31 de março de 2025	374.632	12.576	-	51.929	11.630	1.291	56	452.114
Aquisição	-	13.447	-	21.062	-	-	-	34.509
Transferências entre grupos	-	-	-	-	56	-	(56)	-
Amortização	-	(4.191)	-	(14.299)	-	-	-	(18.490)
Saldos em 31 de março de 2026	374.632	21.832	-	58.692	11.686	1.291	-	468.133
Custo total	374.632	55.890	103.401	129.083	11.686	1.291	-	675.983
Amortização acumulada	-	(34.058)	(103.401)	(70.391)	-	-	-	(207.850)
Valor residual	374.632	21.832	-	58.692	11.686	1.291	-	468.133
Taxas médias ponderadas anuais de amortização	-	10%	10%	20%	-	-	-	-

- (i) Ágio relativo à combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;
- (ii) Refere-se à aquisição de direitos sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar, os quais possuem vida útil definida de acordo com as relações contratuais. As aquisições ocorridas no exercício de 31 de março de 2026, no montante de R\$ 13.447, correspondem a Nova Egito, conforme descrito na NE 1 (Aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Santa Elisa).

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2026, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados à energia e outros dados macroeconômicos. Os fluxos de caixa foram projetados para 5 anos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados em 31 de março de 2026):

Unidades Geradoras de Caixa	2026		2025	
	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
São Martinho	5,00%	9,01%	5,00%	10,28%

Como resultado do teste anual, nenhuma perda foi reconhecida no exercício findo em 31 de março de 2026.

13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A seguir, algumas definições:

Arrendamento

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A seguir, apresentamos as movimentações relacionadas ao direito de uso, arrendamento a pagar e parceria agrícola:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Direito de Uso

	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria agrícola	Arrendamento agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2024	8.689	2.187.893	593.015	2.789.597
Adições	60.325	377.147	40.583	478.055
Baixas	(285)	-	-	(285)
Remensuração	-	57.420	(3.639)	53.781
Depreciação	(15.360)	(454.752)	(98.401)	(568.513)
Saldos em 31 de março de 2025	53.369	2.167.708	531.558	2.752.635
Adições	23.536	278.390	30.058	331.984
Baixas	814	(80.966)	(4.889)	(85.041)
Remensuração	-	(103.835)	(46.550)	(150.385)
Depreciação	(50.833)	(337.730)	(83.143)	(471.706)
Saldos em 31 de março de 2026	26.886	1.923.567	427.034	2.377.487
Vida útil (anos)	1 a 2	2 a 29	2 a 20	

b) Arrendamento e parceria agrícola a pagar

	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria agrícola a pagar	Arrendamentos a pagar	Total
Saldos em 31 de março de 2024	7.684	2.237.857	629.219	2.874.760
Adições	60.325	377.147	40.583	478.055
Baixas	(993)	-	-	(993)
Remensuração	-	57.421	(3.640)	53.781
Compensação de adiantamentos	-	(170.097)	-	(170.097)
Pagamentos efetuados	(24.822)	(517.194)	(137.165)	(679.181)
Apropriação encargos financeiros	3.658	199.004	71.466	274.128
Saldos em 31 de março de 2025	45.852	2.184.138	600.463	2.830.453
Adições (i)	23.536	278.390	30.058	331.984
Baixas	6.874	(108.400)	(722)	(102.248)
Remensuração	-	(103.835)	(46.550)	(150.385)
Compensação de adiantamentos	-	(140.535)	-	(140.535)
Pagamentos efetuados	(29.575)	(541.270)	(125.387)	(696.232)
Apropriação encargos financeiros	5.811	183.509	50.089	239.409
Saldos em 31 de março de 2026	52.498	1.751.997	507.951	2.312.446
Saldo no passivo circulante	44.468	380.042	89.665	514.175
Saldo no passivo não circulante	8.030	1.371.955	418.286	1.798.271
Saldos em 31 de março de 2026	52.498	1.751.997	507.951	2.312.446

- (i) Do total de adições de parceria agrícola a pagar, o montante de R\$ 155.061 corresponde a contratos adquiridos da Nova Egito, mensurados de acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)), com taxas incrementais média de 13,49%, com primeiros vencimentos na safra 29/30 e últimos na safra 36/37.

Dos totais a pagar de arrendamentos e parcerias, R\$ 376.308, Controladora e Consolidado (comparado a R\$ 492.056, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2025) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar de longo prazo possuem a seguinte composição de vencimentos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimento	Controladora e Consolidado
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	553.722
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	451.586
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	374.567
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	335.084
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	266.053
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	221.786
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	190.180
A partir de 1º/04/2034	496.679
(-) Ajuste a valor presente	(1.091.386)
	1.798.271

No quadro abaixo, é apresentado o potencial direito de recuperação de PIS/COFINS embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Controladora e Consolidado	Arrendamento agrícola	Ajuste a valor presente
Contraprestação do arrendamento	705.029	217.653
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(50.193)	(15.022)
	654.836	202.631

A São Martinho determinou suas taxas incrementais nominais com base nas taxas de juros observadas no mercado, ajustadas aos prazos de seus contratos de acordo com sua realidade econômica:

Controladora e Consolidado	
Vigência dos contratos	Taxa incremental
2 anos	8,47%
3 anos	9,89%
4 anos	10,76%
5 anos	10,58%
6 anos	10,20%
7 anos	11,43%
8 anos	9,62%
9 anos	10,73%
10 anos	11,05%
11 anos	9,00%
12 a 30 anos	11,03%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Cana-de-açúcar (i)	258.723	137.663	254.617	130.675
Milho	596	3	596	3
Fornecedores - acordos de financiamentos	6.772	-	6.772	-
Materiais, serviços e outros	337.406	267.464	341.884	274.316
	603.497	405.130	603.869	404.994

- (i) Os valores a pagar estão relacionados ao fornecimento de cana-de-açúcar, bem como o eventual complemento de preço calculados através do índice do ATR - Açúcar Total Recuperável, divulgado pelo CONSECANA (Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo).

Dos totais a pagar para fornecedores, R\$ 5.198 na Controladora e R\$ 303 no Consolidado (comparado a R\$ 7.551 na Controladora e R\$ 185 no Consolidado em 31 de março de 2025) referem-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

Fornecedores - Acordos de Financiamento "Risco Sacado"

Para o exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia ofereceu aos seus fornecedores uma modalidade de financiamento bancário para antecipação de faturas ("acordos de financiamento – risco sacado"). Os saldos relacionados permanecem registrados como "Fornecedores", uma vez que não houve liberação legal nem alteração substancial dos passivos originais.

Nessa estrutura, o banco antecipa os valores aos fornecedores e é reembolsado pela Companhia na data original de vencimento da fatura. A operação não altera os prazos de pagamento e nem gera juros adicionais para a Companhia.

Os valores permanecem na rubrica "Fornecedores", sem impactos contábeis, e são classificados como passivos circulantes. Os pagamentos ao banco estão incluídos no fluxo de caixa operacional, pois integram o ciclo normal de compras de bens e serviços. As transações com fornecedores que optaram pela antecipação são consideradas não caixa, somando R\$ 314.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações adicionais sobre os fornecedores com acordos de financiamento são apresentadas abaixo:

Controladora e Consolidado	2026
Faturas disponíveis para antecipação de fornecedores que aderiram ao programa	6.772
- das quais foram antecipadas pelos fornecedores no programa	314
Prazo médio de pagamento (em dias)	
Faturas disponíveis para antecipação de fornecedores que aderiram ao programa	55
Fornecedores comparáveis	20

15. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos estão detalhadas a seguir:

a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Esses recursos foram obtidos pela Cooperativa a partir de sobras temporárias e provenientes de liminares em processos judiciais que visaram a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa estão relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. No entanto, caso ocorra a perda dos processos judiciais, a Companhia pode ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias.

Os principais valores contidos nessas obrigações são provenientes de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), contestados judicialmente pela Cooperativa, e de passivos tributários incluídos no REFIS Copersucar, conforme indicado abaixo.

Passivo não circulante - Controladora e Consolidado	2026	2025
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	85.710	82.218
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	52.356
Despesas com processos tributários	3.123	2.402
Outros	2.300	2.300
	143.489	139.276

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Além disso, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, de forma proporcional à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que possam surgir de autuações fiscais relacionadas a períodos em que a Companhia era cooperada.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se aquele que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

A Copersucar repassou à Companhia os valores recebidos da União referentes a este processo, que foi liquidado em março de 2024.

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória sobre incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2026 e de 2025, o saldo a receber da Copersucar é de R\$ 367.826, registrados em "Direitos com a Copersucar". Alinhado à atuação da Copersucar, a Companhia, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósitos para suspender a exigibilidade desses tributos, provisionados no passivo, na rubrica "Tributos com exigibilidade suspensa".

Do saldo de R\$ 2.261.784 (R\$ 2.025.634 em 31 de março de 2025) registrado na rubrica de Tributos com exigibilidade suspensa, R\$ 2.246.351 (R\$ 2.011.688 em 31 de março de 2025) refere-se ao reflexo dos depósitos judiciais do IAA, conforme destacado na nota 21.2. e o saldo remanescente refere-se a outros tributos.

Do saldo de R\$ 369.560 registrado na rubrica de Direitos com a Copersucar, R\$ 367.826 refere-se ao PIS e COFINS retido sobre os repasses do IAA conforme mencionado acima, e R\$ 1.734 refere-se a demais valores a receber.

16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente mensurados pelo valor amortizado nos respectivos vencimentos, conforme demonstrados pelo valor amortizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora		Consolidado	
	Taxa	Indexador	2026	2025	2026	2025
Em moeda nacional						
Linhas do BNDES	2,1%	+TJLP	62.552	76.937	62.552	76.937
Linhas do BNDES II	4,2%	+IPCA	1.323.057	1.347.807	1.368.576	1.393.676
Linhas do BNDES III (ii)	5,6%	PRÉ	170.886	134.816	170.886	134.816
Linhas do BNDES IV	2,7%	+TR	257.864	253.012	257.864	253.012
FINEP	3,7%	+TR	291.110	140.975	291.110	140.975
Agro Export	101,0%	CDI	98.384	97.954	98.384	97.954
ABC (Inovacred)	5,6%	+TR	28.640	28.636	28.640	28.636
Crédito Rural	8,5%	PRÉ	-	9.503	-	9.503
Crédito Rural II	100,0%	CDI	-	5.377	-	5.377
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	99,0%	CDI	2.544.585	1.953.079	2.544.585	1.953.079
Debêntures (iii)	6,0%	+IPCA	2.547.699	2.447.440	2.547.699	2.447.440
Debêntures (iv)	12,2%	PRÉ	518.359	-	518.359	-
International Finance Corporation (IFC)	1,4%	+CDI	248.104	277.816	248.104	277.816
Total em moeda nacional			8.091.240	6.773.352	8.136.759	6.819.221
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	-	-	-	58.755	-	58.755
International Finance Corporation (IFC) (v)	1,3%	Sofr 6M	1.103.904	1.211.485	1.103.904	1.211.485
Total em moeda estrangeira			1.103.904	1.270.240	1.103.904	1.270.240
Total (i)			9.195.144	8.043.592	9.240.663	8.089.461
Saldo no passivo circulante			927.745	903.719	930.399	906.297
Saldo no passivo não circulante			8.267.399	7.139.873	8.310.264	7.183.164
			9.195.144	8.043.592	9.240.663	8.089.461

- (i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e nas curvas DI (Depósito Interbancário) e SOFR (Secured Overnight Financing Rate) nas informações contábeis intermediárias atuais.
- (ii) 79,0% do montante de empréstimo de Linhas do BNDES Pré-fixado está indexado a 53,5% DI via contrato de SWAP.
- (iii) 25,3% do montante de Debêntures estão indexados a DI+1,1% a.a., 23,5% estão indexados a DI +1,4% a.a. e 51,6% estão indexados a 108,2% DI, via contratos de SWAP.
- (iv) 100% do montante de Debêntures está indexado a 93,2% a.a DI, via contrato de SWAP.
- (v) 21,5% do montante do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) estão indexados a DI+1,15% a.a. via contrato de SWAP. e 78,5% que corresponde somente ao principal, estão indexados a 52,6% DI a.a.

Contratos derivativos swaps de longo prazo são altamente sensíveis a quaisquer variações nas curvas futuras de inflação, especialmente o IPCA, o que pode resultar em impactos significativos em sua marcação a mercado ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que, ao final dos contratos, o custo efetivo estará firmemente ancorado em CDI mais um percentual fixo, proporcionando assim uma perspectiva financeira clara e estável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Saldo no início do exercício	8.043.592	6.495.230	8.089.461	6.536.818
Captação de financiamentos	1.730.703	2.472.597	1.730.703	2.476.779
Amortização de principal	(612.870)	(1.108.739)	(615.086)	(1.110.720)
Pagamento de juros	(665.841)	(544.934)	(667.470)	(546.400)
Provisão de juros e atualização monetária	809.910	709.135	813.405	712.681
Variação cambial	(110.350)	20.303	(110.350)	20.303
Saldo no final do exercício	9.195.144	8.043.592	9.240.663	8.089.461

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	718.936	721.352
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	956.755	959.255
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	1.331.939	1.334.529
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	641.292	643.974
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	1.170.454	1.173.232
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	1.813.234	1.816.110
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	280.763	283.742
De 1º/04/2034 a 31/03/2035	454.739	457.824
De 1º/04/2035 a 31/03/2036	302.057	305.252
A partir de 1º/04/2036	597.230	614.994
	8.267.399	8.310.264

Nas demonstrações financeiras atuais, R\$ 771.295 (R\$ 748.374 em 31 de março de 2025) da dívida da São Martinho está garantida por ativos, sendo aproximadamente 95% (31 de março de 2025 – 95%) por equipamentos, veículos, edificações e dependências, e cerca de 5% terras. Além disso, a Companhia possui um contrato com garantia em recebíveis provenientes da comercialização de energia elétrica.

Na data das demonstrações financeiras atuais, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia está próximo do valor justo. Os valores justos são determinados com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de empréstimos de 13,2% a.a. (correspondente a 12,5% a.a. em 31 de março de 2025) e estão classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Covenants

A Companhia possui contratos no montante de R\$ 8.103.983 com cláusulas não financeiras e financeiras restritivas, tais como "cross-default" e "negative pledge", e vinculadas ao cumprimento de certos índices financeiros tais como: i) índice de liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante), ii) razão da Dívida líquida (total do caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira menos os empréstimos) pelo EBITDA ajustado (partindo do EBITDA contábil e sendo ajustado para mais ou para menos, onde majoritariamente o principal ajuste está no conceito de depreciação dos contratos agrícolas dado pelo IFRS 16), as quais são exigidas e avaliadas anualmente.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Nas demonstrações financeiras atuais, o capital social é de R\$ 4.819.109 (R\$ 4.445.192 em 31 de março de 2025) e está dividido em 332.435.391 (332.435.391 em 31 de março de 2025) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de julho de 2024, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 503.475, sem emissão de novas ações, por meio da capitalização da Reserva de Incentivos Fiscais.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2025, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 373.917, sem emissão de novas ações, por meio da capitalização de parte da reserva de orçamento de capital.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e contabilizados como conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2026, a Companhia adquiriu 5.804.500 ações nominais, sem valor nominal, no montante de R\$ 89.431. O montante total de ações em tesouraria em 31 de março de 2026 é de R\$ 179.754 (R\$ 90.323 em 31 de março de 2025), equivalente a 9.662.100 ações (3.857.600 ações em 31 de março de 2025).

	Quantidade	Preço médio (reais)	Montante total
Saldo em 31 de março de 2024	544.400	29,99	16.325
Aquisição de ações	17.532.000	28,31	496.309
Pagamento de bônus com ações	(279.125)	(28,19)	(7.869)
Cancelamento de ações	(13.939.675)	(29,73)	(414.442)
Saldo em 31 de março de 2025	3.857.600	23,41	90.323
Aquisição de ações	5.804.500	15,41	89.431
Saldo em 31 de março de 2026	9.662.100	18,60	179.754

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Deemed cost

Corresponde à mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

Conforme mencionado na nota 10. ii, em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2025, foi aprovada a redução do capital social da investida SMTA no montante de R\$ 31.779, com a respectiva reserva de reavaliação líquida dos tributos diferidos no montante de R\$ 264.425.

Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O saldo mencionado é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrerem os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e só pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos e capital de giro.

e) Dividendos e juros sob capital próprio

Em 17 de junho de 2024, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 150.000, pagos através de juros sobre capital próprio, da mesma forma, em 09 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 150.000, pagos através de juros sobre capital próprio. Os juros sobre capital próprio pagos foram deduzidos dos dividendos apurados no exercício social em curso.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de julho de 2024, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos mínimos no montante de R\$ 134.047, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2024, acrescidos de R\$ 16.056 provenientes da realização da reserva de lucros a realizar, totalizando o saldo de dividendos a pagar de R\$ 150.103, que foram pagos aos acionistas em 13 de agosto de 2024.

Em 25 de julho de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a antecipação de remuneração aos acionistas no montante bruto de R\$ 150.000, pagos através de juros sobre capital próprio, pagos em 8 de agosto de 2025. Os juros sobre capital próprio pagos foram deduzidos dos dividendos apurados no exercício social em curso.

A Companhia possui uma Política de Remuneração aos Acionistas (Dividendos) pela qual fica assegurado um dividendo e/ou juros sob capital próprio de, no mínimo, 40% do lucro líquido caixa anual, conforme cálculo apresentado na tabela a seguir e na carta financeira divulgada pela Companhia, ou 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e da constituição da reserva legal, dentre eles o que for maior.

A distribuição mínima de 40% do lucro caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:

- utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições;
- indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- mudanças fiscais; e
- destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.

A tabela abaixo demonstra os dividendos baseados na política de remuneração:

Cálculo Lucro Caixa	2026	2025
LAIR	540.571	502.774
IR/CS Contábil	295.606	53.957
Lucro Líquido do Exercício	836.177	556.731
Efeito não caixa do IFRS no LAIR	51.360	228.761
IR/CS Contábil	(295.606)	(53.957)
IR/CS Pago	(39.030)	(22.083)
Ajuste do Ativo Biológico	339.445	62.654
Lucro Caixa	892.346	772.106
Política de Dividendos (i)	219.910	300.000
Total de Resultados a distribuir	219.910	300.000

- (i) Em 31 de março de 2026 o Conselho de Administração deliberou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%.

A tabela a seguir, demonstra a proposta de destinação do lucro do exercício.

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	836.177	556.731
Constituição de reserva legal - 5%	(41.809)	(27.837)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	794.368	528.894
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	198.592	132.224
Juros sobre o capital próprio, pagos	150.000	300.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(21.318)	(42.689)
Dividendos antecipados (i)	-	125.087
Total	198.592	257.311
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	69.910	-
Dividendo por ação	0,6153	0,7831
Qtde de ações líquido de tesouraria - 31 de março	322.773	328.578

- (i) O saldo de Juros sobre Capital Próprio (JCP) deliberado durante o exercício 2025 superou os dividendos mínimos obrigatórios. O montante de R\$ 125.087, apresentado como dividendos antecipados, refere-se ao excedente do JCP deliberado em relação ao mínimo obrigatório.

18. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no exercício atual foi de R\$ 105.214 na Controladora e R\$ 105.718 no Consolidado (em 31 de março de 2025, R\$ 93.005 na Controladora e R\$ 93.395 no Consolidado).

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

a) Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Ativo circulante				
. Imposto de renda e contribuição social, a recuperar	95.609	75.301	97.572	75.900
No passivo circulante - Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	-	-	5.804	5.834

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	2025	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	IR/CS - Ativos redução de capital SMTA	2026
Prejuízos fiscais/Base negativa	29.876	(28.002)	-	-	1.874
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	11.488	82.667	(94.155)	-	-
Provisão para contingências e outras obrigações	164.733	6.034	-	-	170.767
Variação cambial ativa	22.840	(22.840)	-	-	-
Ativo Biológico/Produto Agrícola	93.855	114.171	-	-	208.026
Arrendamento Mercantil	164.560	(450)	-	-	164.110
Outros ativos	19.767	16.893	-	-	36.660
Total do IR e CS ativo diferido	514.056	168.473	(94.155)	-	588.374
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(94.026)	5.611	-	(136.219)	(224.634)
Depreciação acelerada incentivada	(550.628)	133.561	-	-	(417.067)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	-	(197.959)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(60.989)	23.167	-	(37.822)
Variação Cambial passiva	(36.587)	11.794	-	-	(24.793)
Outros passivos	(68.557)	67.365	-	-	(1.192)
Total do IR e CS passivo diferido	(947.757)	157.342	23.167	(136.219)	(903.467)
Saldo do IR e CS diferidos	(433.701)	325.815	(70.988)	(136.219)	(315.093)

Controladora	2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.446	26.430	-	29.876
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	(43.826)	90.507	(35.193)	11.488
Provisão para contingências e outras obrigações	166.313	(1.580)	-	164.733
Variação cambial ativa	27.617	(4.777)	-	22.840
Ativo Biológico/Produto Agrícola	72.848	21.007	-	93.855
Arrendamento Mercantil	89.824	74.736	-	164.560
Outros ativos	30.385	(10.618)	-	19.767
Total do IR e CS ativo diferido	353.544	195.705	(35.193)	514.056
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(100.417)	6.391	-	(94.026)
Depreciação acelerada incentivada	(464.238)	(86.390)	-	(550.628)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	(197.959)
Variação Cambial passiva	(48.114)	11.527	-	(36.587)
Outros passivos	(4.551)	(64.006)	-	(68.557)
Total do IR e CS passivo diferido	(815.279)	(132.478)	-	(947.757)
Saldo do IR e CS diferidos	(461.735)	63.227	(35.193)	(433.701)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	2025	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação - Direitos sobre contratos energia	2026
Prejuízos fiscais/Base negativa	29.876	(27.421)	-	-	2.455
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	11.488	82.667	(94.155)	-	-
Provisão para contingências e outras obrigações	164.733	6.034	-	-	170.767
Variação cambial ativa	22.840	(22.840)	-	-	-
Ativo Biológico/Produto Agrícola	93.855	114.171	-	-	208.026
Arrendamento Mercantil	164.560	(450)	-	-	164.110
Outros ativos	19.865	16.799	-	-	36.664
Total do IR e CS ativo diferido	514.154	168.960	(94.155)	-	588.959
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(446.521)	5.801	-	-	(440.720)
Depreciação acelerada incentivada	(550.628)	133.561	-	-	(417.067)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	-	(197.959)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(60.989)	23.167	-	(37.822)
Ativo Intangível	(1.095)	-	-	47	(1.048)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	(5.068)
Variação Cambial passiva	(36.587)	11.794	-	-	(24.793)
Outros passivos	(69.257)	67.370	-	-	(1.887)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.307.115)	157.537	23.167	47	(1.126.364)
Saldo do IR e CS diferidos	(792.961)	326.497	(70.988)	47	(537.405)

Consolidado	2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação - Direitos sobre contratos energia	2025
Prejuízos fiscais/Base negativa	3.446	26.430	-	-	29.876
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre indêbitos tributários (i)	6.937	-	-	-	6.937
Instrumentos financeiros derivativos	(43.826)	90.507	(35.193)	-	11.488
Provisão para contingências e outras obrigações	166.313	(1.580)	-	-	164.733
Variação cambial ativa	27.617	(4.777)	-	-	22.840
Ativo Biológico/Produto Agrícola	72.848	21.007	-	-	93.855
Arrendamento Mercantil	89.824	74.736	-	-	164.560
Outros ativos	30.385	(10.520)	-	-	19.865
Total do IR e CS ativo diferido	353.544	195.803	(35.193)	-	514.154
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(453.118)	6.597	-	-	(446.521)
Depreciação acelerada incentivada	(464.238)	(86.390)	-	-	(550.628)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(197.959)	-	-	-	(197.959)
Ativo Intangível	(1.151)	-	-	56	(1.095)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	(5.068)
Variação Cambial passiva	(48.114)	11.527	-	-	(36.587)
Outros passivos	(5.249)	(64.008)	-	-	(69.257)
Total do IR e CS passivo diferido	(1.174.897)	(132.274)	-	56	(1.307.115)
Saldo do IR e CS diferidos	(821.353)	63.529	(35.193)	56	(792.961)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indica que as projeções de resultado tributável aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, estão conforme demonstradas a seguir:

Controladora	Expectativa de realização
Na safra 26/27	114.971
Na safra 27/28	50.648
Na safra 28/29	44.005
Na safra 29/30	109.842
A partir da safra 30/31	268.908
	<u>588.374</u>

(i) Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") do RE nº 1.063.187, com repercussão geral reconhecida (Tema 962), que, por unanimidade de votos, declarou inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic incidente sobre os indêbitos tributários.

Desta forma, a Companhia reconheceu como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$ 15.920, conforme ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo: R\$ 8.983 como IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante. Os restantes R\$ 6.937 são pela recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos em que a companhia apurou base fiscal negativa e pela utilização de prejuízo fiscal a maior decorrente da tributação da Selic, compensados no passivo não circulante na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Lucro antes dos impostos	499.366	479.786	540.571	502.774
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(169.784)	(163.127)	(183.794)	(170.943)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	79.235	85.554	3.691	3.215
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(697)	(3.897)	(887)	(3.965)
. Cblos	12.183	26.471	12.183	26.471
. Juros sob capital próprio	51.000	102.000	51.000	102.000
. Crédito fiscal decorrente de subvenção (Lei 14.789/2023)	14.553	19.305	14.553	19.305
. Incentivos Fiscais	555	468	1.296	484
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido		-	47.326	67.184
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL (i)	331.057	(4.168)	331.558	(4.168)
. Lei do bem	18.680	14.317	18.680	14.317
. Outros	29	22	-	57
Despesa com imposto de renda e contribuição social	336.811	76.945	295.606	53.957
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social (ii)	-67,4%	-16,0%	-54,7%	-10,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.996	13.718	(30.890)	(9.572)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	325.815	63.227	326.496	63.529

- (i) A Companhia revisou o tratamento contábil e fiscal aplicado aos benefícios fiscais de ICMS, em linha com decisões judiciais favoráveis e o previsto na Lei Complementar n. 160/2017, art. 30 da Lei 12.973/2014 e entendimento vinculante do STJ no Tema 1.182. Os créditos de subvenções reconhecidos (período de dez/2025, referente aos lucros fiscais dos exercícios de 2020 a 2023), substituíram os incentivos de depreciação acelerada incentivada do mesmo período, sem afetação no lucro fiscal. Esse evento resultou na reversão do passivo fiscal diferido de depreciação acelerada incentivada, no montante de R\$ 331.057.
- (ii) Desconsiderando os lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL a alíquota efetiva é de 1,2% na controladora e -6,7% no consolidado (16,9% na controladora e 11,6% no consolidado do exercício comparativo de 31 de março de 2025).

20. Compromissos

A São Martinho assume uma série de compromissos no decorrer de suas operações regulares. Dentre eles, destacam-se os seguintes, refletidos em suas demonstrações financeiras atuais:

Matas ciliares e áreas destinadas à Reserva Legal

As áreas não cultivadas da São Martinho, que são cobertas por vegetação nativa preservada, estão atualmente em processo de regeneração ou enriquecimento. Esse esforço contribui significativamente para a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

A Companhia reafirma seu compromisso com as melhores práticas ambientais e a sustentabilidade através do total cumprimento do Código Florestal e demais legislações ambientais referentes as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Todos os imóveis da São Martinho estão devidamente inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), aguardando a devida regulamentação legal para sua implementação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos realizados em Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outras atividades relacionadas à regularização ambiental são devidamente registradas no ativo imobilizado da Companhia.

Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras atuais a São Martinho tem compromissos de comercialização para safras futuras, abrangendo produtos como etanol, açúcar, energia elétrica e biometano, conforme detalhado a seguir:

	Até um ano	De dois a três anos	Acima de três anos
Etanol (m³)	159.000	96.000	480.000
Açúcar (tons)	1.287.619	1.247.761	2.000.000
Energia (Mwh)	879.084	855.289	4.651.850
Biometano (m³)	8.106.618	30.692.722	99.960.122

Esses compromissos refletem a estratégia da Companhia de garantir a comercialização de sua produção futura e contribuir para a estabilidade de suas receitas.

Compras de insumos e milho

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Em relação a aquisição de milho, a preços pré-estabelecidos, para atender sua produção de etanol. Referidas operações geralmente são realizadas por meio de negociações anuais.

Esses contratos representam uma prática comum da Companhia para garantir o abastecimento adequado de insumos agrícolas e matérias-primas essenciais para suas operações, contribuindo para a gestão eficiente de sua produção ao longo do tempo.

21. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos, com uma estimativa confiável do valor. Essas provisões são constituídas, revisadas e ajustadas de forma a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras atuais.

21.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2024	21.830	6.536	94.885	123.251
Adições	4.222	2.158	51.206	57.586
Reversões	(3.529)	(314)	(13.894)	(17.737)
Utilizações	(1.487)	(1.418)	(45.332)	(48.237)
Atualizações	(9.464)	1.171	12.078	3.785
Saldo em 31 de março de 2025	11.572	8.133	98.943	118.648
Adições	980	3.285	70.371	74.636
Reversões	(5.224)	(1.110)	(15.489)	(21.823)
Utilizações	(942)	(2.246)	(42.285)	(45.473)
Atualizações	(3.405)	(397)	14.272	10.470
Saldo em 31 de março de 2026	2.981	7.665	125.812	136.458

	Consolidado			
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de março de 2024	21.829	7.452	94.885	124.166
Adições	5.330	2.158	51.206	58.694
Reversões	(5.442)	(315)	(13.894)	(19.651)
Utilizações	(1.494)	(1.418)	(45.332)	(48.244)
Atualizações	(7.277)	1.267	12.078	6.068
Saldo em 31 de março de 2025	12.946	9.144	98.943	121.033
Adições	980	3.285	70.370	74.635
Reversões	(5.589)	(1.361)	(15.489)	(22.439)
Utilizações	(942)	(2.956)	(42.285)	(46.183)
Atualizações	(4.413)	(448)	14.273	9.412
Saldo em 31 de março de 2026	2.982	7.664	125.812	136.458

Na data das demonstrações financeiras, a natureza das principais causas que compõem as provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a (i) contribuição previdenciária; e (ii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para os respectivos processos.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja aplicação está sendo questionada judicialmente.

Processos trabalhistas:

Referem-se a: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) indenizações diversas; e (v) outras verbas trabalhistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2 Depósitos Judiciais

	Controladora			Consolidado		
	IAA (i)	Outros	Total	IAA (i)	Outros	Total
Saldo em 31 de março de 2024	1.455.585	35.611	1.491.196	1.455.585	35.628	1.491.213
Adições	401.013	7.021	408.034	401.013	7.041	408.054
Utilizações	-	(7.451)	(7.451)	-	(7.451)	(7.451)
Atualizações	155.090	2.139	157.229	155.090	2.139	157.229
Saldo em 31 de março de 2025	2.011.688	37.320	2.049.008	2.011.688	37.357	2.049.045
Adições	-	10.433	10.433	-	10.602	10.602
Utilizações	-	(6.527)	(6.527)	-	(6.531)	(6.531)
Atualizações	234.663	3.202	237.865	234.663	3.203	237.866
Saldo em 31 de março de 2026	2.246.351	44.428	2.290.779	2.246.351	44.631	2.290.982

(i) Vide nota 15 (b)

Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, sendo atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

21.3 Perdas possíveis

A São Martinho possui outras contingências passivas de natureza tributária, ambiental, cível e trabalhista, cujo risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor a elas atribuídos são:

Natureza		Controladora				Consolidado			
		2026		2025		2026		2025	
		Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante	Nº de processos	Montante
Ambientais		87	11.732	88	9.694	89	12.698	88	9.694
Cíveis		77	24.495	47	26.231	157	38.512	119	37.539
Trabalhistas		169	30.677	61	24.402	169	30.679	61	24.402
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	5	64.353	5	64.239	8	64.530	7	64.367
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	3	116.146	3	101.426	3	116.146	4	101.591
Compensação de Tributos Federais	(iii)	60	261.232	60	198.851	66	267.397	66	204.442
ICMS	(iv)	18	124.119	17	112.233	18	124.119	17	112.233
Tributos Federais	(v)	1	2.246.351	1	2.011.688	1	2.246.351	1	2.011.688
Outros processos	(vi)	4	20.089	4	17.604	8	20.683	6	17.872
Total		424	2.899.194	286	2.566.368	519	2.921.115	369	2.583.828

Processos tributários:

- (i) Incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não goza da imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas à aplicação da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 325 do RIR/2018.
- (iii) Pedidos de compensação e ressarcimento de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior, saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação indeferidos pela Receita Federal do Brasil.
- (iv) ICMS, sendo: a) créditos supostamente indevidos; b) incidência de ICMS na venda de produtos.

(v) IRPJ/CSLL/PIS/COFINS incidentes sobre indenização (precatórios) recebida no contexto da Ação de Preço do IAA, conforme mencionado na Nota 15.

(vi) Outras discussões tributárias relacionadas a incidência de ITBI, IPTU e outros.

Outras naturezas:

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito; (ii) revisão de contratos; e (iii) prejuízos a terceiros decorrentes de incêndios em áreas de cultivo de cana-de-açúcar.

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, bem como de ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo autos de infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Ações Cíveis Públicas e/ou ações anulatórias para cancelar os mencionados autos.

22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

22.1 Riscos de Mercado

a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções, swaps e *hedge* natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Consolidado	2026	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	94.636	18.134
Contas a receber de clientes	75.173	14.404
Instrumentos financeiros derivativos	379.833	72.782
(+) Total dos ativos	549.642	105.320
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.103.904	211.500
Instrumentos financeiros derivativos	367.825	70.473
(-) Total dos passivos	1.471.729	281.973
Sub-total ativo (passivo)	(922.087)	(176.653)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.103.904	211.500
Exposição líquida ativa	181.817	34.847

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de *hedge* da Companhia.

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,2188 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 5,2194 por US\$ 1,00 para os passivos.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar, etanol além da aquisição de milho.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho adota como prática a contratação de empréstimos e financiamentos predominantemente indexados a taxas pós-fixadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No caso dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, o risco de flutuação das taxas de juros é parcialmente mitigado de forma natural, uma vez que as aplicações financeiras da Companhia também estão indexadas a taxas pós-fixadas, o que reduz a exposição líquida às variações dessas taxas.

Em relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, os riscos associados à flutuação das taxas de juros e à variação cambial são mitigados por meio de hedge natural, decorrente das exportações e das aplicações financeiras offshore, bem como pela utilização de instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps, contratados conforme as diretrizes da política de gestão de riscos da Companhia.

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado	
		Nocional (US\$ mil)	Cenários prováveis 5%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	18.133	(4.732)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	10.452	(2.728)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	4.187	(799)
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	191	(50)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta no preço futuro de commodities	2.720	(710)
	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	165.000	(8.361)
Contratos de swap			
Exposição líquida		200.683	(17.380)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros, disponibilizadas pela Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US), foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps (*basis points*) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI. Para os demais fatores de risco, o impacto no resultado é da variação percentual de 5% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de commodities).

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano; b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2023/24 a 2026/27, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 23.2.

Nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2025, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir, considerando os métodos de mensuração descritos na nota 23.2:

Controladora e Consolidado	2026			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				23.313
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	32.056	16,62 U\$/lb	61.305	1.911
. Compromisso de compra	88.803	14,53 U\$/lb	148.473	10.934
Contratos futuros de mercadoria - MAP				
. Compromisso de compra	675.000	663,00 USD/tons	447.525	1.699
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	4.984	16,18 U\$/lb	9.279	77
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	125.989	5,66 USD/BRL	713.098	37.603
. Compromisso de compra	65	5,28 USD/BRL	343	-
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	212.151	14,60 U\$/lb	356.412	8.993
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	80.000	6,04 U\$/lb	483.200	41.494
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				126.024
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				253.809
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				253.809

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	2026			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	95.559	14,55 U\$/lb	159.989	13.064
. Compromisso de compra	19.813	15,92 U\$/lb	36.295	455
Contratos futuros de mercadoria - Acumulador				
. Compromisso de venda	73.467	14,13 U\$/lb	119.451	14.195
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	42.790	15,11 U\$/lb	74.398	3.983
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	1.744	5,51 USD/BRL	9.601	308
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	212.151	16,12 U\$/lb	393.518	18.137
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	80.000	6,51 U\$/lb	520.800	507
Contratos de Swap - Juros - Balcão				215.270
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				265.919
No passivo não circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de compra	102	16,45 U\$/lb	193	2
Contratos de Swap - Juros - Balcão				101.904
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				101.906

Controladora e Consolidado	2025			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem				22.511
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	82.198	19,41 U\$/lb	201.976	6.195
. Compromisso de compra	35.155	17,62 U\$/lb	78.416	5.360
Contratos futuros de mercadoria - Soja				
. Compromisso de venda	9.000	1.067,09 USD/tons	9.604	301
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	2.591	18,72 U\$/lb	6.140	23
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	192.612	6,03 USD/BRL	1.161.816	17.995
. Compromisso de compra	1.632	5,55 USD/BRL	9.050	653
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de compra (Calls)	144.787	20,75 U\$/lb	380.329	1.761
. Posição titular de opções de venda (Puts)	193.659	18,83 U\$/lb	461.636	26.683
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				81.482
No ativo não circulante - Ganho				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				177.367
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				177.367

Controladora e Consolidado	2025			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	135.338	18,24 U\$/lb	312.505	9.875
. Compromisso de compra	5.791	19,19 U\$/lb	14.068	254
Contratos futuros de mercadoria - Ureia				
. Compromisso de compra	2.250	375,00 USD/tons	844	14
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	12.955	18,37 U\$/lb	30.127	686
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	124.614	5,74 USD/BRL	714.848	23.219
. Compromisso de compra	3.730	5,99 USD/BRL	22.339	386
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	338.446	21,32 U\$/lb	913.458	18.205
Contratos de Swap - Juros - Balcão				154.367
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				207.006
No passivo não circulante - Perda				
Contratos de Swap - Juros - Balcão				51.999
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				51.999

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	17.677	20.912	(3.235)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	78.745	-	78.745
	96.422	20.912	75.510
Tributos diferidos sobre os itens acima	(32.783)	(7.110)	(25.673)
	63.639	13.802	49.837

f) Estimativa de realização

Nas demonstrações financeiras atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safra 26/27	Total
Instrumentos financeiros derivativos:		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(3.235)	(3.235)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	78.745	78.745
	75.510	75.510
Tributos diferidos sobre os itens acima	(25.673)	(25.673)
	49.837	49.837

22.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* e patrimônio líquido da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

22.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreado em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2026				
Empréstimos e financiamentos	1.421.755	3.019.642	8.521.440	12.962.837
Arrendamentos a pagar	176.207	163.962	442.036	782.205
Parceria agrícola a pagar	677.502	841.346	1.442.312	2.961.160
Instrumentos financeiros derivativos	265.919	101.906	-	367.825
Fornecedores	603.497	-	-	603.497
Outros passivos	40.050	-	-	40.050
	3.184.930	4.126.856	10.405.788	17.717.574
Em 31 de março de 2025				
Empréstimos e financiamentos	1.238.232	2.429.396	7.631.666	11.299.294
Arrendamentos a pagar	161.019	240.394	536.971	938.384
Parceria agrícola a pagar	846.978	951.793	1.701.277	3.500.048
Instrumentos financeiros derivativos	207.006	51.999	-	259.005
Fornecedores	405.130	-	-	405.130
Outros passivos	9.432	26.368	-	35.800
	2.867.797	3.699.950	9.869.914	16.437.661

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de março de 2026				
Empréstimos e financiamentos	1.425.642	3.027.426	8.568.276	13.021.344
Arrendamentos a pagar	176.207	163.962	442.036	782.205
Parceria agrícola a pagar	677.502	841.346	1.442.312	2.961.160
Instrumentos financeiros derivativos	265.919	101.906	-	367.825
Fornecedores	603.869	-	-	603.869
Outros passivos	48.810	-	-	48.810
	3.197.949	4.134.640	10.452.624	17.785.213
Em 31 de março de 2025				
Empréstimos e financiamentos	1.242.040	2.436.968	7.680.045	11.359.053
Arrendamentos a pagar	161.019	240.394	536.971	938.384
Parceria agrícola a pagar	846.978	951.793	1.701.277	3.500.048
Instrumentos financeiros derivativos	207.006	51.999	-	259.005
Fornecedores	404.994	-	-	404.994
Outros passivos	24.344	26.368	-	50.712
	2.886.381	3.707.522	9.918.293	16.512.196

22.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SAs permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

23 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

23.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

		Controladora	
	Classificação	2026	2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	95.214	898.517
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.021.025	2.084.208
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	351.217	457.645
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	126.024	81.482
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	253.809	177.367
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	2.290.779	2.049.008
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	377.205	373.701
		7.515.273	6.121.928
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.103.904	1.211.485
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	8.091.240	6.832.107
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	35.855	52.639
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	317.174	206.366
Fornecedores	Custo Amortizado	603.497	405.130
Outros passivos	Custo Amortizado	40.050	35.800
		10.191.720	8.743.527

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado	
	Classificação	2026	2025
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	95.263	898.588
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	4.189.070	2.264.639
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	404.765	514.754
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	126.024	81.482
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	253.809	177.367
Depósitos judiciais	Custo Amortizado	2.290.982	2.049.045
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	379.853	375.766
		7.739.766	6.361.641
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.103.904	1.211.485
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	8.136.759	6.877.976
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	37.590	52.639
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	317.174	206.366
Fornecedores	Custo Amortizado	603.869	404.994
Outros passivos	Custo Amortizado	48.810	50.712
		10.248.106	8.804.172

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

23.2 Valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza diferentes técnicas de avaliação, incluindo abordagens de mercado, de resultado (renda) e de custo, com o objetivo de estimar o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis da hierarquia de valor justo descritos a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2026			2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	4.021.025	-	-	2.084.208	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.838	357.995	-	62.510	196.339	-
Ativos biológicos (i)	-	-	1.234.632	-	-	1.405.729
	21.838	4.379.020	1.234.632	62.510	2.280.547	1.405.729
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	31.657	336.168	-	28.349	230.656	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.103.904	-	-	1.211.485	-
	31.657	1.440.072	-	28.349	1.442.141	-

Consolidado	2026			2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	4.189.070	-	-	2.264.639	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.838	357.995	-	62.510	196.339	-
Ativos biológicos (i)	-	-	1.234.632	-	-	1.405.729
	21.838	4.547.065	1.234.632	62.510	2.460.978	1.405.729
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	31.657	336.168	-	28.349	230.656	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.103.904	-	-	1.211.485	-
	31.657	1.440.072	-	28.349	1.442.141	-

(i) A conciliação do valor justo de nível 3 encontra-se na NE 7.

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo "Garman & Kohlhagen", utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, SOFR e cupom cambial publicadas pela B3, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros ativos e passivos financeiros

Utiliza-se o fluxo de caixa descontado como modelo de avaliação, onde considera-se o valor presente do pagamento ou recebimento esperado descontado, utilizando uma taxa de desconto ajustado ao risco. Em outros ativos e passivos classificam-se: a) contas a receber de clientes; b) títulos a receber; c) contas a pagar aos fornecedores; d) títulos a pagar e; e) empréstimos e financiamentos.

24 Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Etanol de milho;
- (iv) Energia elétrica;
- (v) Negócios imobiliários;
- (vi) Levedura; e
- (vii) Outros produtos e subprodutos.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Resultado consolidado por segmento

	2026							
Consolidado	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado
Receita Bruta								
Mercado interno	332.486	3.081.854	791.154	301.369	13.564	78.043	370.494	-
Mercado externo	2.570.686	116.068	-	-	-	-	10.572	-
Resultado com derivativos	337.949	8.445	-	-	-	-	-	-
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(22.571)	(515.858)	19.332	(15.556)	(5.358)	(3.912)	(36.996)	-
Receita líquida	3.218.550	2.690.509	810.486	285.813	8.206	74.131	344.070	-
Custo dos produtos vendidos	(2.094.035)	(2.223.653)	(468.974)	(115.877)	(667)	(27.728)	(192.990)	-
Variação do valor de mercado do ativo biológico, produto agrícola e Cbiós	(184.298)	(155.147)	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	940.217	311.709	321.512	169.936	7.539	46.403	151.080	-
Margem bruta	29,2%	11,6%	39,7%	59,5%	91,9%	62,6%	43,9%	-
Despesas com vendas	(190.319)	(43.784)	(14.831)	(18.912)	-	-	(24.625)	-
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	(261.124)
Lucro operacional	749.898	267.925	306.681	151.024	7.539	46.403	126.455	(261.124)
Margem Operacional	23,3%	10,0%	37,8%	52,8%	91,9%	62,6%	36,8%	-
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	-	(558.624)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	836.177
Depreciação e amortização, intangível e direito de uso	(1.183.832)	(1.086.692)	(18.489)	(13.872)	-	(9.325)	(34.934)	(24.103)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025							
Consolidado	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado
Receita Bruta								
Mercado interno	365.089	2.645.287	562.248	244.543	25.062	52.778	375.088	-
Mercado externo	3.139.163	395.308	-	-	-	-	3.768	-
Resultado com derivativos	(242.151)	(4.422)	-	-	-	(1.100)	-	-
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(26.005)	(334.393)	18.420	(11.198)	(6.155)	(2.826)	(36.470)	-
Receita líquida	3.236.096	2.701.780	580.668	233.345	18.907	48.852	342.386	-
Custo dos produtos vendidos	(2.056.601)	(2.439.556)	(437.932)	(90.197)	(1.376)	(26.393)	(262.023)	-
Variação do valor de mercado do ativo biológico e produto agrícola e Cbios	(2.912)	(59.742)	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	1.176.583	202.482	142.736	143.148	17.531	22.459	80.363	-
Margem bruta	36,4%	7,5%	24,6%	61,3%	92,7%	46,0%	23,5%	-
Despesas com vendas	(170.019)	(64.565)	(10.392)	(17.693)	-	(10)	115	-
Demais receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	(5.335)
Lucro operacional	1.006.564	137.917	132.344	125.455	17.531	22.449	80.478	(5.335)
Margem Operacional	31,1%	5,1%	22,8%	53,8%	92,7%	46,0%	23,5%	-
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	-	(960.672)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	556.731
Depreciação e amortização, intangível e direito de uso	(1.125.396)	(1.153.559)	(24.570)	(11.943)	-	(9.387)	(57.780)	(19.547)

Em 31 de março de 2026, estão classificados como "Etanol" a receita líquida com créditos de descarbonização (CBIOS) no valor de R\$ 30.608 (R\$ 66.772 em 31 de março de 2025).

Geograficamente, as receitas operacionais líquidas consolidadas são apresentadas a seguir:

Consolidado	2026	2025
Mercado interno	4.414.019	3.862.250
Mercado externo		
Oriente Médio e Ásia	1.603.544	1.741.594
Europa	1.026.754	1.459.203
América do Norte	377.928	68.257
América do Sul	7.844	-
Fim específico exportação	1.676	30.730
Receita líquida	7.431.765	7.162.034

Na data das demonstrações financeiras atuais, três clientes da Companhia contribuíram com mais de 10% da receita líquida. Estes clientes representam 52% da receita (42% em 31 de março de 2025).

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

	2026							
	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	101.886	146.021	29.507	10.903	42.618	7.033	66.797	404.765
Estoques e adiantamento a fornecedores	258.142	354.254	126.072	-	6.777	1.414	14.385	761.044
Ativos biológicos	810.131	424.501	-	-	-	-	-	1.234.632
Imobilizado	5.914.075	2.583.163	500.393	173.844	-	31.661	176.327	9.379.463
Intangível	290.139	177.294	700	-	-	-	-	468.133
Direito de uso	1.234.185	1.143.302	-	-	-	-	-	2.377.487
Total de ativos alocados	8.608.558	4.828.535	656.672	184.747	49.395	40.108	257.509	14.625.524
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	8.792.671	8.792.671
Total	8.608.558	4.828.535	656.672	184.747	49.395	40.108	9.050.180	23.418.195

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025							
	Açúcar	Etanol	Etanol Milho	Energia Elétrica	Negócios Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	181.419	103.630	50.364	9.243	51.719	3	118.376	514.754
Estoques e adiantamento a fornecedores	257.112	387.643	128.443	-	6.123	799	18.946	799.066
Ativos biológicos	850.643	555.086	-	-	-	-	-	1.405.729
Imobilizado	3.536.662	3.717.955	515.930	167.495	597.469	33.644	138.894	8.708.049
Intangível	277.717	173.378	1.019	-	-	-	-	452.114
Direito de uso	1.373.777	1.378.858	-	-	-	-	-	2.752.635
Total de ativos alocados	6.477.330	6.316.550	695.756	176.738	655.311	34.446	276.216	14.632.347
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	-	7.137.036	7.137.036
Total	6.477.330	6.316.550	695.756	176.738	655.311	34.446	7.413.252	21.769.383

(i) Representado principalmente pelos saldos de aplicações financeiras e depósitos judiciais.

Considerando a abordagem dos principais tomadores de decisão, os passivos não estão sendo divulgados por segmento, sendo analisados de forma consolidada.

25 Receitas

A São Martinho reconhece suas receitas com base na contraprestação esperada pelo controle dos bens e serviços.

Não são previstas perdas relacionadas às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, uma vez que todas as obrigações de desempenho são cumpridas na entrega do produto final, momento em que a receita é reconhecida.

A receita consiste no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho opera na comercialização de açúcar, etanol, energia elétrica, levedura, entre outros. As vendas desses produtos são reconhecidas no momento da entrega dos produtos ao cliente. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adere à estrutura conceitual da norma, que inclui a identificação dos contratos com os clientes, a determinação das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos, a definição do preço da transação e a alocação do preço da transação.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos relacionados aos empreendimentos são reconhecidos no resultado à medida em que as obras de infraestrutura progridem, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é reconhecido no momento da venda, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

Abaixo a composição das receitas:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	4.736.596	4.062.041	4.968.964	4.270.095
Mercado externo	2.697.326	3.538.239	2.697.326	3.538.239
Resultado com derivativos	346.394	(247.673)	346.394	(247.673)
	<u>7.780.316</u>	<u>7.352.607</u>	<u>8.012.684</u>	<u>7.560.661</u>
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(562.309)	(381.508)	(580.919)	(398.627)
	<u>7.218.007</u>	<u>6.971.099</u>	<u>7.431.765</u>	<u>7.162.034</u>

26 Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	(2.362.151)	(2.396.111)	(2.371.247)	(2.402.182)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(1.757.116)	(1.864.891)	(1.656.557)	(1.754.487)
Despesas com pessoal	(663.917)	(630.215)	(670.136)	(638.107)
Materiais para revenda	(56.514)	(55.506)	(88.538)	(84.492)
Peças e serviços de manutenção	(224.256)	(275.736)	(224.639)	(276.049)
Variação no valor justo dos ativos biológicos, produtos agrícolas e CBIOS	(339.445)	(62.654)	(339.445)	(62.654)
Reversão (provisão) para perdas na realização dos estoques	-	2.814	-	2.814
Frete sobre venda	(262.229)	(218.343)	(262.229)	(218.343)
Serviços de terceiros	(135.095)	(139.042)	(138.193)	(142.182)
Contencioso	(49.686)	(37.789)	(48.984)	(38.161)
Custo com venda de terras	-	-	(667)	(1.376)
Insumos	(176.290)	(192.140)	(173.299)	(190.287)
Outras despesas	(140.592)	(151.694)	(168.639)	(173.856)
	<u>(6.167.291)</u>	<u>(6.021.307)</u>	<u>(6.142.573)</u>	<u>(5.979.362)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(5.541.332)	(5.450.989)	(5.483.369)	(5.376.732)
Despesas com vendas	(274.121)	(248.006)	(292.471)	(262.564)
Despesas gerais e administrativas	(351.838)	(322.312)	(366.733)	(340.066)
	<u>(6.167.291)</u>	<u>(6.021.307)</u>	<u>(6.142.573)</u>	<u>(5.979.362)</u>

27 Outras receitas, líquidas

A composição de outras receitas líquidas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Ganho (perda) nas baixas do ativo imobilizado, líquido	(3.296)	6.969	(3.296)	6.959
Receita na venda de resíduos e sucatas	11.122	9.405	11.122	9.405
Reconhecimento de créditos tributários, líquidos (II)	100.958	330.139	100.958	330.139
PIS/COFINS sobre outras receitas (despesas)	(6.632)	(19.379)	(6.632)	(19.379)
Indenizações de sinistros	9.256	2.518	9.256	2.518
Baixa de tratos culturais	(2.841)	(8.037)	(3.125)	(8.037)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13.845)	(247)	(13.531)	3.670
	<u>94.722</u>	<u>321.368</u>	<u>94.752</u>	<u>325.275</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em relação aos valores reconhecidos em 31 de março de 2026 como créditos tributários: a) R\$ 32.779 referem-se aos créditos relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS sobre o etanol; b) Créditos de ICMS sobre materiais intermediários considerados como essenciais para o processo produtivo, igualmente abrangidos pela decisão favorável em ação declaratória, que reconheceu o direito ao creditamento. Os créditos reconhecidos em 31 de março de 2026 referem-se ao período de dezembro de 2020 a junho de 2025, totalizando R\$ 56.623, líquidos dos honorários advocatícios, sendo R\$ 51.416 registrado em outras receitas, e R\$ 5.207 em estoques e custos; c) R\$ 35.522 em créditos, líquidos de honorários, referente ao PERSE (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), instituído pela Lei 14.148/2021, em que reduziu a zero as alíquotas de PIS/COFINS sobre receitas de determinadas atividades (CNAEs), para o período de março 2022 a maio 2023 e; d) Créditos apropriados de PIS/COFINS sobre depreciação de ativos imobilizados adquiridos a partir de 2002, sendo objeto oriundos de ações judiciais movidas pela Companhia, com trânsito em julgado, para ativos considerados pela Companhia essenciais nas atividades produtivas desenvolvidas, registrado o montante total de R\$ 9.134, líquido de honorário, sendo R\$ 2.654 registrados em outras receitas e R\$ 6.479 registrado em receitas financeiras. Para o exercício de 31 de março de 2025, R\$ 199.446 referem-se aos créditos presumidos de PIS/COFINS sobre a cana-de-açúcar, registrados com fundamento na IN RFB nº2.121/2022, que esclarece e regulamenta a aplicação do crédito, conforme artigo 8º da Lei nº 10.925/2004.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	415.253	337.456	443.088	368.587
Outras receitas	11.469	24.445	11.280	27.133
PIS/COFINS sobre receita financeira	(19.488)	(16.626)	(19.851)	(16.988)
	407.234	345.275	434.517	378.732
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(767.148)	(726.157)	(770.463)	(729.704)
Ajuste a valor presente (i)	(210.456)	(265.677)	(210.456)	(265.677)
Juros pagos e auferidos	(18.914)	(32.328)	(18.928)	(31.984)
Comissão de fiança bancária	(11.004)	(10.107)	(11.016)	(10.123)
Obrigações Copersucar	(2.990)	(9.391)	(2.990)	(9.391)
Outras despesas	(11.368)	(1.946)	(10.424)	(3.810)
	(1.021.880)	(1.045.606)	(1.024.277)	(1.050.689)
Variação cambial e monetária, líquida				
Clientes e fornecedores	(5.402)	9.809	(5.402)	9.808
Disponibilidades	(20.025)	(41.545)	(20.025)	(41.544)
Empréstimos e financiamentos	(25.739)	(94.731)	(25.739)	(94.731)
	(51.166)	(126.467)	(51.166)	(126.467)
Derivativos - não designados para <i>hedge accounting</i>				
Resultado com swap	(235.805)	(224.006)	(235.805)	(224.006)
Resultado com operações de etanol	(393)	(2.151)	(393)	(2.151)
Variação cambial líquida	(1.803)	12.603	(1.803)	12.603
Resultado com operações de açúcar	(25.021)	20.985	(25.021)	20.985
Resultado com operações de câmbio	50.318	(23.924)	50.318	(23.924)
Resultado com operações de milho	(260)	3	(260)	3
Resultado com operações de soja	86	-	86	-
Custo com transações em bolsa	(426)	285	(426)	285
	(213.304)	(216.205)	(213.304)	(216.205)
	(879.116)	(1.043.003)	(854.230)	(1.014.629)

- (i) Principalmente de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Lucro por ação

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	836.177	556.731	836.177	556.731
Ações ordinárias no início do exercício - em lotes de mil	332.435	345.831	332.435	345.831
Média ponderada das ações em tesouraria - em lotes de mil	(1.458)	(12.401)	(1.458)	(12.401)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação - em lotes de mil (i)	330.977	333.430	330.977	333.430
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	2,5264	1,6697	2,5264	1,6697

(i) Em 2026 e 2025 a média ponderada das ações foi afetada pela recompra de ações (nota 17b).

30 Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades, visando, entre outros objetivos, reduzir os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informações não auditadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações financeiras atuais são:

Controladora e Consolidado Item	Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Lucros Cessantes e Riscos Operacionais (ii)	LC: Tem como objetivo proteger contra perdas financeiras resultantes da interrupção de atividades, desde que a causa esteja relacionada a alguma cobertura contratada na apólice. RO: Tem como objetivo proteger contra quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	2.741.783
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no exercício da atividade profissional que afete terceiros.	1.548.750
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental.	30.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas localidades seguradas.

(ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos estão excluídas pois têm como referência 100% da tabela FIPE.

31 Evento subsequente

Conforme fato relevante divulgado em 27 de abril de 2026, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data ("RCA"), foi aprovada a 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, no valor total de R\$1.100.000 (um bilhão e cem milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), na data de emissão ("9ª Emissão").

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A 9ª Emissão será objeto de oferta pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385/1976, da Resolução da CVM 160/2022 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação (“Oferta”). As Debêntures atenderão aos requisitos do artigo 2º, caput e parágrafo 9º, da Lei nº 12.431/2011, de modo que seus titulares poderão fazer jus aos benefícios tributários na forma da lei.

* * *